

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CIÊNCIAS SOCIAIS - BACHARELADO**

Laura Perin Lucca

**O CONCEITO DE FAMÍLIA NOS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA
BRASILEIRA**

Orientação: Prof. Dr. Laura Senna Ferreira

Santa Maria, RS
2023

Laura Perin Lucca

**O CONCEITO DE FAMÍLIA NOS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA
BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Ciências Sociais Bacharelado, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Sociais**.

Orientadora: Prof^{ta}. Dr^a. Laura Senna Ferreira

Santa Maria, RS
2023

Laura Perin Lucca

**O CONCEITO DE FAMÍLIA NOS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA
BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão apresentado ao
Curso de Ciências Sociais Bacharelado, da
Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de **Bacharel em
Ciências Sociais**.

Aprovado em 08 de dezembro de 2023:

Laura Senna Ferreira, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Janaína Xavier do Nascimento, Dra. (UFSM)

João Gilberto do Nascimento Lima, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

RESUMO

O CONCEITO DE FAMÍLIA NOS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA

AUTORA: Laura Perin Lucca

ORIENTADORA: Profa. Dra. Laura Senna Ferreira

Esta Pesquisa teórica têm por temática central a “família brasileira” nas obras de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. Visou-se aqui, a partir de obras escolhidas destes autores, mapear as diferenças e similaridades entre os conceitos de “família” cunhados pelos autores considerados clássicos da sociologia brasileira. Isto buscando as razões sociológicas por trás destas similitudes e diferenciações. Destaco aqui as inflexões teóricas desenvolvidas por estes a partir da conceituação de “família” além de destacar por meio de quadros comparativos em que medida as distintas perspectivas teóricas e históricas impactaram na concepção de “família” destes autores.

Palavras-chave: família brasileira, clássicos da sociologia.

ABSTRACT

THE CONCEPT OF FAMILY IN THE CLASSICS OF BRAZILIAN SOCIOLOGY

AUTHOR: Laura Perin Lucca

ADVISOR: PhD Laura Senna Ferreira

This theoretical research main theme is the “Brazilian family” in the essays of Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. Aimed here, through the chosen works, to outline the differences and similarities between the concepts of Family developed by the authors seemed as the Brazilian sociology classic ones. Searching the sociologic reasons behind these similarities and differences I highlight here the theoretical inflexions developed by these authors with the conceptualization of “family”. Furthermore, I detach through comparative boards in which measures the different theoretical perspectives and person life histories impacted their conceptions of “family”

Key-words: Brazilian family, Brazilian sociology classic ones.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
| CAPÍTULO 1 - TRAJETÓRIA E VIDA DOS AUTORES..... | 14 |
| 1.CONTEXTO HISTÓRICO DA OBRA DOS AUTORES..... | 15 |
| BRASIL IMPÉRIO: O FIM DO SEGUNDO REINADO (1870-1889)..... | 15 |
| REPUBLICA VELHA (1889- 1930)..... | 18 |
| ERA VARGAS: GOVERNO PROVISÓRIO E CONSTITUCIONAL (1930 - 1937)..... | 22 |
| ERA VARGAS: ESTADO NOVO E SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1937 - 1945)..... | 25 |
| DITADURA MILITAR EMPRESARIAL (1964-1988)..... | 27 |
| 2.DA VIDA À EPISTEMOLOGIA..... | 28 |
| CAPÍTULO 2 - AS FAMÍLIAS BRASILEIRAS..... | 31 |
| A “FAMÍLIA EUGÊNICA” EM OLIVEIRA VIANNA..... | 31 |
| A “FAMÍLIA COLONIAL” EM GILBERTO FREYRE..... | 37 |
| A “FAMÍLIA PATRIARCAL” EM BUARQUE DE HOLANDA..... | 42 |
| A “FAMÍLIA MESTIÇA” DE CAIO PRADO..... | 48 |
| AS FAMÍLIAS DO BRASIL..... | 54 |
| CAPITULO 3 - AS FAMÍLIAS NOS CLÁSSICOS BRASILEIROS..... | 56 |
| CERZIR ENTRE VIDAS E OBRAS..... | 66 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 76 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 78 |

FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Tabela de crescimento populacional (Vianna, 1938) | 34 |
|--|----|

QUADROS

| | |
|--|----|
| QUADRO 01 – Oliveira Vianna..... | 57 |
| QUADRO 02 – Gilberto Freyre..... | 59 |
| QUADRO 03 – Sérgio Buarque de Holanda..... | 61 |
| QUADRO 04 – Caio Prado Jr..... | 63 |

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teórica possui como temática central a “*família brasileira*” nas obras dos clássicos da sociologia brasileira. Buscou-se aqui compreender como os autores clássicos da sociologia conceituaram a “*família brasileira*” e porquê o fizeram como fizeram. Foram quatro os autores clássicos da sociologia escolhidos para este projeto, isto porque estes representam três escolas teóricas de grande relevância, não só sociológica, mas também política no Brasil: Oliveira Vianna, representando o evolucionismo brasileiro e sua influência teórica ao integralismo e movimentos conservadores e neoconservadores; Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda representando o racionalismo ramificado em duas linhas teóricas distintas com forte influência na política e desenvolvimento do Estado democrático de direito brasileiro; Caio Prado Jr. representando o princípio da escola marxista brasileira, escola cuja influência ramificou-se no que conhecemos hoje como “as esquerdas”.

Assim, foi realizada análise das obras escolhidas dos clássicos supracitados, em seus estudos sobre o desenvolvimento sociocultural do país. As obras destes autores foram selecionadas seguindo critérios de 1. Relevância da obra dentro da bibliografia do autor; 2. Relevância da obra em sua contribuição a sociologia brasileira; 3. Relevância da obra em relação ao emprego do conceito de família. Dessarte, foram analisados os textos: [1] *Evolução do povo brasileiro* de Oliveira Vianna; [2] *Casa-grande e senzala* de Gilberto Freyre; [3] *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda; e [4] *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Jr.

Os Questionamentos foram: Quais as diferenças e similaridades encontradas nos conceitos de “*família*” empregados por estes autores? Quais são as razões sociológicas por trás destas similitudes e diferenciações? Quais são as inflexões teóricas desenvolvidas a partir dos conceitos por eles cunhados? De forma que com base na principal obra de cada um desses autores sobre o tema, a presente pesquisa buscou entender, em que medida, as diferentes perspectivas epistêmicas dos autores, impactaram na concepção de família cunhada por estes.

Este estudo se justifica não só pela relevância teórica dos autores ao campo sociológico e político nacional, mas principalmente pela relevância política atual no que se refere ao emprego do termo “*família brasileira*” nas disputas eleitorais de 2018 e de 2022.

Embora lemas similares ao mote “*Deus, Pátria e Família*” sejam empregados no Brasil desde a década de 1930 – foi em 1932 que este fora cunhado sobre influência teórica da obra de Oliveira Vianna e lançado pelo integralista Plínio Salgado e seus aliados do AIB (Associação

Integralista Brasileira) em seu “Manifesto de Outubro”. Plínio Salgado e aliados tiveram seus interesses ultraconservadores frustrados pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, sendo Plínio deportado a Portugal e a AIB jogada a ilegalidade, após ataque armado ao Palácio da Guanabara em 1938. (GONÇALVES; NETO, 2020). Este lema foi requeitado com novas roupagens de 1945 a 1975 - após a Segunda Guerra Mundial os integralistas retomaram suas atividades lícitas como Partido de Representação Popular, pelo qual Plínio Salgado elegeu-se deputado federal em 1955. A partir de 1964, com a ditadura civil-militar, os políticos integralistas foram para o partido da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Em 1975 morre Salgado e com ele o movimento integralista (GONÇALVES; NETO, 2020). O lema é revivido novamente na década de 1990 - quando ultraconservadores de toda sorte utilizaram-se do advento da internet para propagarem seus ideais, rearticulando reivindicações típicas do integralismo. Estes chegam a alcançar-se a esfera política por partidos como Prona e PRTB (GONÇALVES; NETO, 2020). A este movimento alguns historiadores, como Gonçalves e Neto (2020), chamam de “neointegralismo”. Foi nas eleições de 2018 com o então candidato Jair Bolsonaro que a reivindicação moral da “*familia brasileira*” volta a ganhar força para além dos nichos ultraconservadores integralistas, e ganha expressividade nunca antes alcançada na política brasileira, contribuindo para a eleição do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2018-2022).

Em contraditório e reivindicando um Estado democrático de direito, laico e afastado de tudo que consideram “a esfera privada” - por conseguinte dos debates sobre família, religião e moral - bradam os liberais. Sóboles da perspectiva Weberiana, apresentam-se aqueles que, como Sergio Buarque de Holanda, entendem que a sociedade brasileira se organizou em um Estado personalista, de dominação tradicional orientada pela cordialidade e patrimonialismo (MAIA, 2018). E os que como Gilberto Freyre recusam uma análise voltada ao modelo de desenvolvimento social - ainda que adotem, ao menos, parcialmente conceitos de derivação weberiana - e tendam a uma análise da formação da sociedade brasileira voltada a compleição dos povos e sua miscigenação, modelo que engloba reivindicações plurais, ora reconhecendo, ora apagando a heterogeneidade dos povos (e das suas organizações familiares).

Ademais, temos a dissonância da esquerda brasileira contemporânea, cuja grande parcela defende que o Estado democrático tem dever de prestar assistência social e equiparar desigualdades históricas, reivindicando reforma no modelo estatal atual. Em parcela minoritária temos a esquerda revolucionária que entende o Estado como raiz da manutenção da desigualdade econômica e social, e branda por revolução. São estes grupos de influência marxista no Brasil que Caio Prado Jr representará nesta pesquisa, nem tanto pela influência

(hoje já tímida) de sua obra sociológica, mas por ter sido precursor da análise materialista histórica dialética sobre a formação social do país e da concepção indissociável entre teoria e prática política (PERICÁS, 2016).

Reivindicado como demarcador social, distinção moral e exação política o conceito de família, sem dúvidas, é pertinente a sociologia brasileira e peça chave na compreensão de movimentos sociais e políticos do passado e presente do país. Desse modo, nada mais justo do que iniciar pelo princípio, ou seja, estudar a origem histórica do conceito de “*família brasileira*” a partir de um ensaio teórico dos clássicos da sociologia brasileira, o emprego que estes fizeram do signo família e os significados a este por eles destinados.

Isto, pois, como afirmou Bourdieu (2001, p.18), as elocubrações da ciência social “*exercem inevitavelmente uma eficácia política*” que pode ou não corresponder aquelas que o pesquisador queria exercer. De maneira que o legado da ciência social ao progredir, divulgar e consolidar enquanto ciência está sempre sujeita a ciência social do passado que se autonomiza em uma espécie de doxa como apontado também por Garcia Jr (1993) ao referir-se as ambivalências do nacionalismo cultural. De modo que, parti para a pesquisa bibliográfica inspirada pela metodologia de pesquisa documental aplicada por Weiss (2012) busquei manualmente nos referidos textos trechos que faziam menção a vocabulários usualmente utilizados para se referir à família -as palavras buscadas foram: família, famílias, pai, pais, mãe, mães, filho, filhos, filha, filhas. Junto a isto, para análise qualitativa busquei os argumentos e justificativas partícipes dos conceitos de família cunhados por cada um dos autores, o fiz a partir do método de análise textual de Weiss (2012), porém pela perspectiva provida por Lima e Mioto (2007) sobre o fazer metodológico da pesquisa bibliográfica, mais próximas da linha epistemológica desenvolvida nesta pesquisa:

reafirma-se a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas (LIMA; MIOTO, 2007, p.43)

Entendo aqui a necessidade de apresentar o caminho que foi percorrido, ou seja, o desenho metodológico por meio do qual foram realizadas sucessivas aproximações com a realidade, considerando o movimento dialético no qual o objeto de estudo - aqui os textos selecionados dos clássicos da sociologia brasileira - foram revistos, observados e inquiridos em suas interlocuções críticas entre os materiais bibliográficos selecionados e a realidade histórica

que os constituem e é por eles constituída, as identidades dos autores e como essas os interpelam ideologicamente em suas obras textuais selecionadas. Esse processo foi, portanto, essencialmente qualitativo, embora isto não excluiu o uso de dados quantitativos.

Ao tratar da pesquisa bibliográfica, é importante destacar que ela é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos. Portanto, difere da revisão bibliográfica uma vez que vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente. (LIMA; MIOTO, 2007, p. 44)

As obras que foram analisadas a partir do entendimento que os sujeitos “*são os produtores das suas representações, ideias etc.*”, e justamente por isso são “*condicionados pelo modo de produção da sua vida material, pelo seu intercambio material e o seu desenvolvimento posterior na estrutura social e política*” (MARX; ENGELS, 2009, p.31). O presente trabalho busca analisar como a concepção epistemológica e o lugar social dos autores clássicos da sociologia brasileira impactaram na maneira que estes conceituaram e empregaram o conceito de “*família brasileira*” em suas obras.

Dessarte, foi realizada a seleção das principais obras dos autores envolvendo o conceito de “*família brasileira*”; o mapeamento das obras selecionadas, observando o significado e uso do conceito de “*família brasileira*”; bem como analisou-se quantitativamente a frequência do emprego do conceito representado pelo uso do termo “*família*” ou similares. Isto para demonstrar como a argumentação e justificação que foi desenvolvida pelos autores ao conceituar a “*família brasileira*” em suas obras destacadas impactou na concepção da sociedade brasileira desenvolvida por cada um. Assim, também se analisou a biografia dos autores em busca das origens teóricas, políticas e sociais dos mesmos, de modo a ser possível a comparação e compreensão de quais aspectos - tais como, classe, cor, religião, sexo, origem, inspiração teórica e política - influenciaram as obras, principalmente no que tange ao conceito de “*família brasileira*” empregado por cada autor.

Neste estudo teórico a pesquisa foi dividida em três tópicos, nos quais buscarei especificar 1. A trajetória e vida dos autores; 2. as particularidades do conceito de família de cada autor, os significados atribuídos ao termo e os empregos realizados deste; 3 Concepções epistêmicas que influenciaram os autores e os efeitos das concepções axiológicas destes em suas teses sobre a formação do Brasil. Isto para que, por fim, possa ser elaborado um estudo

comparativo dos conceitos de família da sociologia clássica do país baseado nas principais correntes teórico-políticas elucidando similaridades e distinções destes entre si e para com os conceitos reivindicados na atualidade brasileira.

O processo metodológico se dará mediante análise comparativa dos aspectos enumerado referentes a cada um dos autores selecionados: biografia, atuação política, influências teóricas, conceito de “família brasileira” empregado em sua obra e a importância do referido conceito na obra do autor. Isto pois, como apontado por Schneider e Schmitt (1998, p.49), o uso da comparação enquanto perspectiva de análise do social nos permite romper com a singularidade dos eventos para buscar explicação ao social, além de possuir *“uma série de implicações situadas no plano epistemológico, remetendo a um debate acerca dos próprios fundamentos da construção do conhecimento em ciências sociais.”* Porém, entendendo que:

O método comparativo tem sido empregado das mais diversas maneiras no campo das ciências sociais. Os distintos usos da comparação refletem diferentes posições acerca das relações existentes entre as teorias gerais e as explicações locais, os quadros conceituais e as técnicas de pesquisa, a formulação de hipóteses e sua validação (SCHNEIDER; SCHMITT, 1998, p.80)

Faz-se necessário elucidar que *“a comparação é um método de controle de nossas generalizações”* (SARTORI; MORLINO, 1998, p.29). De modo que a comparação direta se faz necessária porque na comparação indireta ou inconsciente fazemos generalizações que podem não se sustentar frente ao controle comparativo. Por isso é preciso comparar o que é comparável, ou seja, entre *“entidades que possuem atributos em parte compartilhados (similares) e em parte não compartilhados (e declarados não comparáveis).”* (SARTORI, MORLINO, 1998, p.35). Porém, recordando que nem sempre *“cada caso é um caso”* (FONSECA, 1998), a escolha do método comparativo, no caso desta pesquisa, aparece como uma opção entre o individualizar e o generalizar. Mas, objetivando compreender o impacto das concepções conceituais da “família brasileira” nas obras clássicas da sociologia brasileira, generalizo que há impacto da historicidade dos sujeitos no fazer de sua obra científica, ao passo que individualizo ao aprofundar da análise de natureza qualitativa das obras; movimento-me dialeticamente ao comparar os aspectos comparáveis e simultaneamente inquirir as obras os sentidos atrelados a suas histórias. Isto, porque:

No limite, não se trata mais de ler os ‘os intérpretes do Brasil’, para neles buscar explicações a respeito do que é o país. Com frequência, o caminho é o inverso: são

eles é que exigem o ser explicados, agora como objetos de uma história intelectual. Os ‘intérpretes’ reemergem como assunto de história das ideias e não mais frequentam o núcleo da explicação do é e deve ser o país. (LESSA, 2011, p.18)

A proposta de escrutínio teórico de clássicos do século passado pode parecer datada ao olhar ingênuo, porém é preciso compreender o movimento histórico dialético que gestou as contradições observadas hoje na sociedade brasileira. Compreender as origens teóricas dos conceitos reivindicados tão avidamente nos processos ideológicos atuais se faz necessário para entender a potência moral e engajamento observados.

Para tal, parti no capítulo primeiro de breve análise histórico-biográfica dos autores, em uma espécie de “colcha de retalhos” (CORRÊA, 1993), que visava observar a relação dos sujeitos em suas trajetórias com a história social. Isto para que no capítulo segundo, por meio do escrutínio das supracitadas obras selecionadas, sua sistematização e comparação dos conceitos e significados empregados por cada um dos autores ao referirem-se a “*família brasileira*”, fosse possível identificar os conceitos de família cunhados em suas similaridades e distinções. Buscando também compreender a concepção particular de cada autor do que é a “*família brasileira*”, como esta foi influenciada pela trajetória deste e como esta influenciou sua análise sociológica da formação do Brasil. Dessarte, analisando e apresentando criticamente no capítulo terceiro os dados sistematizados pensando em se, e como os conceitos de “*família brasileira*” aproximam-se ou afastam-se nestes autores.

Neste último, os dados obtidos nesta pesquisa bibliográfica foram sistematizados em tabela comparativa estruturada para destacar cada autor, suas referências teóricas, políticas e sociais e o conceito de “*família brasileira*” por ele empregado. A proposta aqui desenvolvida abre uma gama de possibilidades de pesquisas mais aprofundadas a sociologia contemporânea. E esta sistematização visa facilitar a visualização das similaridades e distinções teóricas e empíricas de autores que são clássicos da sociologia brasileira. Bem como almeja auxiliar na apresentação pedagógica destes autores, como ferramenta didática voltada ao ensino e aprendizagem. Espera-se, portanto, que o presente estudo possa auxiliar futuras pesquisas que virão a tratar sobre estas inflexões, bem como auxiliar na prática pedagógica como ferramenta de ensino dos clássicos da sociologia brasileira.

CAPÍTULO 1 - TRAJETÓRIA E VIDA DOS AUTORES

Entender a vida e história daqueles que estudamos é essencial a compreensão de suas obras e conceitos, ao que almejo nesta pesquisa, portanto. Como apontou Lessa (2009, p.467) “*objetivar uma teleologia faz com que nossa concepção de mundo seja colocada diretamente em contato com o mundo*”, ou seja, um objetivo idealizado só é possível de ser alcançado se incorporar em alguma medida propriedades de fato existentes a serem transformadas teleologicamente. Neste processo de objetivação “*o que pensamos acerca do mundo se exterioriza e se confronta com o mundo objetivo: novos conhecimentos e habilidades são produzidos e os indivíduos transformados a ‘sua própria natureza’*” (LESSA, 2009, p.467).

Mas a relação entre objetivação e exteriorização se dá de forma que “*a exteriorização não é redutível à objetivação[...] a objetivação predomina sobre a exteriorização.*” (Lessa, 2009, p.468). Ainda que cada indivíduo em sua singularidade confronte o mesmo mundo que o rodeia, este processo dialético será tão singular quanto o próprio indivíduo. Dessa forma, “*a história de cada indivíduo, de como ele se desenvolve, de como sua relação com o mundo evolui, etc. não é redutível a história da sociedade da qual é partícipe. Por isso, a exteriorização é determinada pela objetivação sem ser a ela redutível.*” (LESSA, 2009, p.468).

Ao estudarmos a história singular dos quatro autores, seu desenvolvimento enquanto indivíduos, a evolução de suas visões do Brasil que os cercava e da sociedade brasileira que junto a eles se desenvolvia, podemos observar que nos processos singulares de exteriorização estes alteram mais do que o objetivado, transformam também a natureza das relações sociais. Isto porque, “*toda objetivação de uma teleologia é a introdução na relação de causa e efeito que é o mundo objetivo, de novas relações de causa e efeito que interagem com as já existentes.*” (LESSA, 2009, p.469).

Mais ou menos conscientes, ao narrarem as transformações do mundo que os cerca os autores exteriorizam suas visões deste mundo, visões estas constituídas dialeticamente de sua história individual e da história da sociedade da qual participam. “*O complexo da objetivação e da exteriorização produz, portanto, novas necessidades e possibilidades objetivas e subjetivas.*” (Lessa, 2009, p.470). Relação esta que ficará mais nítida ao confrontarmos as histórias individuais dos autores umas com as outras e com a história social a qual compõem e pela qual são compostas.

1.CONTEXTO HISTÓRICO DA OBRA DOS AUTORES

BRASIL IMPÉRIO: O FIM DO SEGUNDO REINADO (1870-1889)

É em um contexto de profundas mudanças que o nosso percurso histórico se inicia. Francisco José de Oliveira Vianna, sexto filho do fazendeiro Francisco José e de Dona Balbina nasceu em 20 de junho de 1883, Saquarema - Rio de Janeiro, na região rural chamada Rio Seco onde a floresta tropical forçosamente deu lugar a expansão da lavoura. Saquarema foi cidade evidenciada desde o princípio da colonização do Brasil e designou diversos membros do partido conservador (1836) ao ponto que estes passaram a ser conhecidos como “Saquaremas” dando orgulho ao então Presidente do Conselho de Ministros do Rio de Janeiro o Visconde de Itaboraí (1802-1872).

Ainda no Império a cidade de Saquarema -RJ fulgurou nos engenhos açucareiros (TORRES, 1956). Vianna, é o único dos autores que estudaremos aqui nascido ainda no século XIX, cinco anos antes da abolição da escravatura no Brasil. Sendo dos autores, portanto o único que nasceu e cresceu em casa grande a poucos passos da senzala, senhor de fazenda com trabalho de pessoas escravizadas. Ainda que, segundo Torres (1956) nenhum dos trabalhadores escravizados tenha abandonado a fazenda após 13 de maio de 1888. Das razões atribuídas por este biógrafo para permanência dos/as negros/as escravizados na Fazenda Rio Seco cito:

a) a relação racial entre senhores (brancos) e escravos (negros) desenvolvida na fazenda;

“O senhor rural não se acastelava na superioridade étnica, nem tampouco imitava os proprietários rudes que animalizavam ainda mais aquela gadaria humana, bovinamente conformada” (TORRES, 1956 p.19. Grifo próprio).

b) a moral superior praticada na fazenda;

“Sentimentos puros sublinhavam a dignidade familiar. Havia aristocracia, sim, decorrente do prestígio econômico, mas em Rio Sêco praticava-se a mais correta democracia. Os escravos eram criaturas humanas e não viviam no charco da segregação; o chefe tinha consciência da ajuda que recebia e que, proporcionalmente, se reflete na grandeza econômica do Império.” (TORRES, 1956 p.19. Grifo próprio).

c) a estrutura familiar desenvolvida na fazenda;

“A incontestável autoridade do pater-família dava tons sublimes ao patriarcado. O núcleo larário tinha muito de templo. Um ambiente doméstico para melhor sobressair a solidariedade. A sociedade era a fazenda, a família e os agregados, cujos interesses fora do círculo parental eram ardosa e paternalmente defendidos pelo patrão. E a dar o encanto da sensibilidade surgia o nome tutelar, a bondade conhecida de Dona Balbina, matrona de rara beleza, em cujos olhos a beatitude transparecia num luminoso rasgo.” (TORRES,1956 p.19. Grifo próprio)

O faço para destacar as concepções desenvolvidas referentes a raça, as relações trabalhistas, a moral, a democracia e a estrutura familiar desenvolvidas na fazenda Rio Seco. Sobre raça é explícito que apesar de Torres (1956, p.19) alegar as pessoas escravizadas enquanto humanos remete a termos animais como “*gadaria*”(sic) ao referir-se aos/as negros/as escravizados/as pelos senhores. Senhores que por sua moral cristã elevada faziam do lugar quase um “*templo*” e não reivindicavam sua “*superioridade étnica*”(sic). Estes que exerciam “*a mais correta democracia*” (sic) ao “*tutelar*” (sic) os negros, pela “*incontestável autoridade*” exercida pelo patriarca e pela “*sensibilidade*” “*bondade*”, “*rara beleza*” e “*beatitude*” da matrona. Fica nítido, não só atributos esperados dos papéis de gênero, como a própria estrutura familiar desenvolvida em Rio Seco, onde “*a sociedade era a fazenda, a família e os agregados*” cujo interesses externos eram representados “*ardosa e paternalmente pelo patrão*” (sic).

Em contexto similar, a família Prado desenvolvia-se em São Paulo: o avô de Caio Prado, Martinho¹, junto de seu irmão, Antônio², foram os donos das Fazendas Guatapará e João Franco de Moraes Octávio, com as quais alçaram-se os maiores produtores de café do mundo (Acervo

¹ Martinho Prado Jr – Avô de Caio Prado Jr., foi empresário maçom e socio-fundador da “*Sociedade Promotora de Imigração*” entidade que visava trazer imigrantes europeus ao Brasil; e estimulador da “*Companhia Mogiana de Estradas de Ferro*”, que foi vereador em Araras-SP e Deputado da Assembleia Provincial de São Paulo pelo Partido Republicano Paulista (PRP) de 1878 à 1889, defensor da abolição da escravatura.

² Antônio Prado Jr – Tio avô de Caio Prado Jr., ele foi o primeiro Prefeito de São Paulo -1899, Deputado geral de São Paulo – 1869, Ministro de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas -1885, Senador Federal vitalício – 20ª legislatura

histórico IHGB³). De mesma forma a família de Gilberto de Mello Freyre desenvolvia-se em Pernambuco, descendentes de antiga oligarquia conhecida por seus engenhos e honrarias militares (CHACON, 1993). O único de nossos interlocutores que não advém da aristocracia rural, é, portanto, Sérgio Buarque, mas chegaremos lá.

O pai de Vianna e senhor de Rio Seco faleceu em 1885, dois anos após o nascimento de nosso interlocutor obrigando a matrona a sair do papel que lhe era atribuído e assumir as rédeas da fazenda. Do pai que mal pode conhecer diz Torres (1956, p.21) que ele herdou “*a paixão pelos livros*”, ainda que sua educação primária tenha sido tutelada por sua mãe. Iniciou na Escola Pública Estadual dirigida por Quincas Souza, mas por não se dar bem com os colegas da Escola Pública, Vianna acabou transferindo seus estudos a escola próxima a fazenda dirigida pelo seu tio Felipe Alves de Azevedo. Frequentou o primário até os 10 anos de idade tendo acesso a disciplinas externas a grade curricular comunitária, acesso privilegiado também a literatura e revistas herdadas da biblioteca do pai. Segundo Torres (1956), Vianna tomava prazer em contemplar a atividade dos/as escravizados/as trabalhadores/as do engenho, bem como nas viagens familiares até chácara do Fonseca em Niterói- RJ. Cidade onde mais tarde veio para aprimorar seus conhecimentos. Almejou o colégio Pedro II e preparou-se para conseguir ingressar neste por três anos, conseguindo em 1900.

Vianna findou o curso no Pedro II, tentou ingresso na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Falhando no processo seletivo almejado por ele, escolheu matricular-se na Faculdade de Direito para não perder um ano, faculdade que era do desejo de sua mãe. Na faculdade de direito realizou seus primeiros estudos sociológicos, históricos, literários e também atividades jornalísticas. Em 1900 ainda, com 17 anos, escreveu o estudo “*A escola antropológica e a escola clássica*” e “*Darwinismo na literatura*” seguidos de pequenos ensaios sobre “*A evolução da ideia do Direito; Futuro provável da ideia do Direito, A pena de morte; Sobre literatura portuguesa*” entre outros textos como “*A crise social*” onde anuncia que sociedade tradicional está a ser lentamente invadida, diluída e corrompida (TORRES, 1956, p. 34).

³ IHGB, Instituto Histórico Geográfico do Brasil. Perfil: Francisco José de Oliveira Vianna. s/a. Disponível em <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/FJOViana.html>> Acesso em 23/08/2023

REPUÚBLICA VELHA (1889- 1930)

Diferente de Vianna, Freyre, Buarque e Prado nasceram na primeira década do século XX. Não só o modo de produzir vinha se alterando gradualmente, como a mão de obra escravizada era paulatinamente substituída pela mão de obra assalariada imigrante. Inclusive, o avô de Prado, Martinho Prado Junior, empresário maçom foi sócio-fundador da “*Sociedade Promotora de Imigração*” entidade que visava trazer imigrantes europeus ao Brasil; e estimulador da “Companhia Mogiana de Estradas de Ferro”, foi ainda vereador em Araras-SP e Deputado da Assembleia Provincial de São Paulo pelo Partido Republicano Paulista (PRP) de 1878 à 1889, defensor da abolição da escravatura.

Em um Brasil muito diferente do que nasceu Vianna, após abolição da escravidão (1888) e após proclamação da república (1889) nasceu Gilberto de Mello Freyre, em Recife - PE em 15 de março de 1900. Em período também de êxodo rural e de crescimento urbano da cidade, crescia a cidade de Freyre, Recife, através de pequenos núcleos populacionais a partir dos antigos engenhos. Recife era uma cidade de inspiração arquitetônica holandesa, de ruas estreitas e muitas igrejas, cuja pobreza da população rural contrastava com o poderio dos coronéis e oligarquias regionais (COELHO, 2007). Gilberto que foi nomeado “Mello e Freyre”, mas era também descendente de Cavalcanti, Albuquerque e Wanderley era, como já observamos filho de uma destas aristocracias rurais em decadência econômica que agora buscavam se alçarem também a aristocracia urbana por meio da acessão acadêmica (GARCIA JR, 1993). Filho de Alberto Freyre⁴ e Francisca de Mello Freyre, Gilberto fora criado no meio urbano viveu entre sobrado e engenho, indo da cidade ao campo e vice-versa: aos nove anos passou uma temporada no Engenho São Severino do Ramo. Mais ou menos mesma idade do falecimento da avó Dona Francisca Teixeira de Mello, uma das poucas da família que admitia abertamente que o período da escravidão havia sido agradável a sua classe social (CHACON,1993).

Poucos anos depois, nasceu na cidade de São Paulo -SP em 11 de julho de 1902, Sergio Buarque de Hollanda, filho do farmacêutico Cristóvão Buarque de Hollanda e de Heloísa Gonçalves Moreira Buarque de Hollanda. Embora sob condições financeiras muito menos

⁴ Alberto Alves da Silva Freyre Júnior (1875-) graduado pela Faculdade de Direito de Recife foi professor, advogado e juiz municipal e federal. Traduziu obras como “O novo manual normal – Muirhead, 1918” e “A Igreja do Novo Testamento – Colégio Americano Batista, 1919”. Possuía relação estreita com a Igreja Batista Americana tendo sido exaltado por W. C. Taylor por seu trabalho junto a missionários no Brasil. (MARTINS, Mário Ribeiro; Quem foi Alfredo Freyre. Usina das Letras, 2005), e era de orientação política liberal conservadora com influência maçônica. (CHACON.1993)

privilegiadas que os demais, Hollanda nasceu em uma cidade que fervilhava de possibilidades de expansão urbana já no início do século XX, o que viria a torná-la a imensa metrópole de hoje, mas já era então um polo de imigrantes e de investimentos industriais estrangeiros (Costa, 2014). Assim, cresceu em lar abastado na capital paulista, estudando nas melhores escolas da cidade e aprendendo ainda jovem francês, inglês e alemão.

Já Freyre, ainda jovem era resistente a escrita, considerado introspectivo e apaixonado por desenhar - o que levou a contratação do consagrado paisagista Telles Júnior como professor do menino buscando o despertar intelectualmente, sem grande sucesso. Contrataram também o inglês E.O. Williams que obteve sucesso ao conectar escrita e arte. Gilberto Freyre teve ainda professores importantes como Madane Meunier que lhe ensinava língua francesa. Estudou no Colégio Americano no Recife, escola fundada por missionários batistas do sul dos Estados Unidos do jardim de infância de 1908 até a conclusão em 1917 (CHACON, 1993).

Cinco anos depois do nascimento de Buarque, no 11 de fevereiro de 1907, Caio da Silva Prado Junior nasceu em São Paulo – SP, terceiro filho dos quatro gerados por Caio e Antonieta Silva Prado pertencente a uma das famílias mais ricas e influentes de São Paulo desde os tempos coloniais (Acervo histórico, s/a)⁵. Como grande parte dos filhos da aristocracia cafeeira, Caio e seus irmãos tiveram formação escolar privada em casa como era comum as elites da época. Em 1918 ingressou no colégio jesuíta São Luís onde se formou no secundário, a exceção do ano de 1920 em que toda sua família passou na Inglaterra por razão de doença de um de seus irmãos, neste ano estudou no Colégio Chelmsford Hall em Eastbourn. Mesmo ano em que o então Rei da Bélgica visitou as fazendas de sua família no Brasil (Acervo histórico, s/a)².

Enquanto Freyre, Buarque e Prado aprendiam o ‘be-a-bá’, Vianna que era mais velho, formava-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1905 e passava a lecionar matemática no colégio Abílio de Niterói-RJ até que em 1916 tornou-se professor na Faculdade Estadual de Direito do Rio de Janeiro, especializando-se em direito do trabalho (TORRES,1956). A esta época, Gilberto Freyre foi batizado na Primeira Igreja do Recife em 1917, pela qual mais tarde pregou missões e representou em convenções religiosas. Chacon (1993, p.43) disse sobre Freyre que em *“relatórios internos da missão batista do Sul dos Estados unidos no Nordeste do Brasil apresentam a mãe como ‘católica fanática’, o pai ‘agora um sincero crente, embora não*

⁵ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Divisão de Acervo Historiográfico. Perfil Biográfico: Caio Prado Junior. s/a. Disponível em: <<https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/exposicoes/parlamentares-paulistas/caio-prado-junior/perfil-biografico/>> Acesso em: 08-09-2023

batizado ainda'...”. Embora Freyre tenha mencionado na nota de falecimento de seu pai que ele “*morreu católico como nascera*”. Chacon (1993) aponta ainda que dentre os irmãos de Freyre apenas uma manteve-se no protestantismo batista para desapontamento dos estadunidenses que se empenhavam em infiltrarem-se não só nas massas, mas também nas elites brasileiras por meio da religião.

Gilberto Freyre é narrado como um conservador romântico e católico reconvertido (COELHO, 2007), o que se alinha com outras perspectivas que apresentam arroubos de interesse religioso que titubeavam do catolicismo, protestantismo ao misticismo cristão. Além disso, tanto seu pai como Gilberto seguiram na maçonaria à época abertamente conhecida pelo conservadorismo no Brasil (CHACON,1993).

Em 1918, Freyre foi enviado aos Estados Unidos para cursar bacharelado artes liberais no Kentucky e especializando-se em ciências políticas e sociais, rumo que seguiria no mestrado e doutorado em Columbia onde teve acesso a outras figuras consagradas como A. J. Armstrong⁶ e Franz Boas⁷. Porém o tempo no sul dos Estados Unidos pode não ter sido aliado da conversão, tanto Gilberto quanto seu irmão Ulysses Freyre acabaram por se afastarem do protestantismo frente as atrocidades cotidianas da perseguição aberta aos negros no sul daquele país, onde assistiram, inclusive, ações do grupo racista KKK⁸ (CHACON,1993). Enquanto isso, em 1921, Sergio Buarque mudava-se junto de sua família ao Rio de Janeiro onde cursou faculdade de direito e trabalhou como jornalista, comentarista, crítico literário e editor (COSTA, 2014). Ao fim da década de 1920 Anísio Teixeira e Monteiro Lobato⁹ como outros tantos intelectuais da elite brasileira foram levados, como Freyre, aos Estados Unidos. A influência anglófica e americanófica estendia seu pano sobre o Brasil com o missionarismo protestante (CHACON,1993).

Gilberto Freyre tornou-se escritor ainda no Estados Unidos em Baylor. Impulsionado pelo reitor e pastor batista Robert Baylor e da mentoria de Armstrong aproximou-se da literatura. Considerou a si mesmo mais escritor que cientista; publicando com auxílio e admiração de Oliveira Lima e Monteiro Lobato que se juntaram a ele nos Estado Unidos, bem

⁶ Andrew Joseph Armstrong, poeta vitoriano estado-unidense, ficou famoso entre estudantes de Baylor pelas mentorias inspiracionais.

⁷ Franz Boas: antropólogo alemão, migrante aos Estados Unidos onde foi um dos pioneiros da antropologia moderna. É conhecido como "Pai da Antropologia Americana".

⁸ KKK, Ku Klux Klan, sigla que representa três movimentos Estado Unidenses que defendem posições reacionárias e extremistas, conhecidos por defender a supremacia branca, nacionalismo branco, praticando atos de terrorismo contra grupos cujas etnias, raças e/ou religiões eles se opõe em nome de ideais de “purificação” social.

⁹ Monteiro Lobato, advogado, promotor, escritor, editor e tradutor brasileiro, conhecido especialmente pela sua produção voltada ao público infantil.

como Anísio Teixeira. Mas foi sob influência de Boas em Columbia que Freyre conseguiu alinhar sua repulsa a violência acompanhada no Sul dos Estados Unidos a teoria das ciências sociais. Em 1922 defendeu sua tese de mestrado na Universidade de Columbia “*Social Life in Brazil in the Middle of the 19th Century*” e foi a França para publicar sua tese no “*The Hispanic American Historical Review*”. Em Paris frequentou reuniões de tradicionalistas franceses e nobres. Depois viajou a Inglaterra e Alemanha e Portugal colecionando amizades brasileiras e estrangeiras (CHACON,1993).

Após período de viagens pela Europa Freyre retorna em 1924 ao Brasil sentindo dificuldades ao se readaptar a seu país natal (CHACON,1993). Mesmo ano que Vianna, que teve grande envolvimento com o Estado, foi admitido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); este foi logo após, em 1926, Diretor do Instituto de Fomento do Estado e Membro do Conselho Consultivo do Estado do RJ. De amizades importantes e contraditórias, Vianna como intelectual, teve suas obras publicadas sempre pelas principais editoras do Brasil como apontado por Faria (2002), a exemplo dos primeiros capítulos publicados de sua obra “*Populações meridionais*” que apareceram na “*Revista do Brasil*”, o que se deve em grande medida, as conexões entre esta e o jornal “*O Estado de São Paulo*” no qual seu amigo Monteiro Lobato¹⁰ era um editor de vanguarda.

Ainda ao final da década de 1920 Prado formou-se bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde estudou de 1924-1928. Após formado exerceu advocacia por alguns anos. Por influência de seu pai e indignado pela corrupção exercida pelo PRP -Partido Republicano Paulista, pelo qual seu avô Martinho foi deputado por quatro mandatos e que era um dos principais responsáveis pela “política do café com leite” - Caio filou-se em 1928 ao PD -Partido Democrático, partido que reunia a elite paulista frustrada com a hegemonia do PRP, do qual seu tio-avô Antônio era um dos fundadores. Não ocupou cargos de destaque no PD, mas participou ativamente da organização do partido no estado de São Paulo, participando de comícios e manifestações que antecederam a chamada “Revolução de 1930” (Acervo histórico, s/a¹¹).

Em 1929 Buarque foi nomeado correspondente internacional do *d’O jornal* e viajou a Berlim para cobrir os conflitos da Alemanha, Polônia, tentou entrada na União Soviética

¹¹ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Divisão de Acervo Historiográfico. Perfil Biográfico: Caio Prado Junior. s/a. Disponível em: <<https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/exposicoes/parlamentares-paulistas/caio-prado-junior/perfil-biografico/>> Acesso em: 08-09-2023

também, mas não conseguiu visto de trabalho. Na Alemanha frequentou aulas de história na Universidade de Berlim, concertos, eventos e escreveu para revistas. Conheceu figuras importantes da cena cultural como o escritor Theodor Daubler¹², o poeta Stefan George¹³ e chegou a entrevistar Thomas Mann¹⁴ (COSTA, 2014). Mesmo ano que Prado Casou-se com Hermínia Ferreira Cerquinho, com quem teve dois filhos, Yolanda (1929) e Graco (1931).

ERA VARGAS: GOVERNO PROVISÓRIO E CONSTITUCIONAL (1930 - 1937)

A crise econômica que se instaurou após o final da Primeira Guerra Mundial e que culminou na crise de 1929 fizeram do cenário brasileiro um barril de pólvora cujas tensões tornaram-se ainda mais agravadas com o assassinato do político paraibano João Pessoa¹⁵ em 1930. A política do “café com leite” instaurada até então alternava indicações a presidência entre São Paulo e Minas Gerais, porém, com a indicação do nome de Júlio Prestes¹⁶, que rompeu com esta sucessão, os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba uniram-se em golpe de Estado conhecido como a “revolução de 1930”.

Nesse contexto o recém retornado ao Brasil Gilberto Freyre, buscava a identificação perdida com seu país. Freyre passa a buscar cotidianamente lugares populares, das religiões de matriz africanas aos espaços de festas culturais e começa um processo de apaixonamento gradual pelo que considera brasileiro, dos sobrados aos dramas políticos, conforme se reinsere também na vida da alta sociedade brasileira. Redescobre o regionalismo nordestino e o federalismo durante a “política do café com leite”, ao perceber que as elites paulista e mineira eram privilegiadas no cenário político e econômico nacional (CHACON,1993).

Freyre foi professor e jornalista em Pernambuco, além de ter se tornado em 1928 chefe de gabinete do governador Estácio Coimbra, que foi deposto na “Revolução de 1930”, e junto do qual Freyre ficou voluntariamente exilado em Portugal, período em que deu aulas de inglês na capital portuguesa a outros brasileiros exilados. Em 1931 recebeu convite de Martin para

¹² Theodor Däubler, escritor e linguista austro-húngaro, poeta e especialista crítico da língua alemã.

¹³ Stefan Anto George, poeta e tradutor alemão, conhecido por sua influência no meio literário e por ser fundador do “Jornal para as artes”.

¹⁴ Paul Thomas Mann, escritor alemão de romances, ensaios e contos, crítico social e ganhador do Nobel de Literatura de 1929 e do Prêmio Goethe de 1949.

¹⁵ João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, advogado e político brasileiro. Foi Ministro do Supremo Tribunal Militar 1919-1930 e governador da Paraíba 1928-1930. Em 1930 foi candidato a vice na chapa de Getúlio perdendo para Júlio Prestes.

¹⁶ Júlio Prestes de Albuquerque, advogado, latifundiário, poeta e político brasileiro. Filho da oligarquia paulista, cuja indicação a presidência que rompeu com a tradição de revezamento entre Minas e São Paulo a Presidência da República.

lecionar na Universidade de Standford retornando aos Estados Unidos. Em 1932 retornou para o Brasil e passou a viver na casa do irmão Ulysses enquanto escrevia o livro “*Vida sexual e de família no Brasil escravocrata*” o que hoje conhecemos como “*Casa grande e senzala*”, nome com o qual foi lançado em 1933 e apresentado em 1934 no I Congresso Afro-Brasileiro (LIMA, 2010).

Ao contrário, em 1931, Prado frustrado com as inconsistências político-ideológicas do novo regime, filiou-se ao PCB (Partido Comunista do Brasil), no qual dedicava-se a atividades cotidianas e de solidariedade aos presos e perseguidos pela repressão da ditadura Vargas. Assim, como passou a dedicar-se a tradução do “*Tratado de Materialismo Histórico*” do Nikolai Bukharim¹⁷ publicado em 1933. Apesar disso, nunca alcançou cargos de direção ou prestígio no partido, sendo ostracizado pela sua interpretação particular do Brasil. Junto de seu irmão foi membro do Clube de Artistas Modernos (1932-1933) e ainda em 1933 publicou “*A evolução política do Brasil*” empregando o método do materialismo dialético a interpretação científica do Brasil, além de viajar a União Soviética para conhecer em primeira mão o que estudava, viagem que resultou no livro “*URSS, um novo mundo*” publicado no ano seguinte (Acervo histórico, s/a)¹⁸.

Ainda em meados de 1931 Buarque que se encontrava em Berlim teve um filho com Anne Margerite Ernst, porém ele abandonou contato com ambos ao retornar ao Brasil naquele ano. No mesmo ano, Vianna tornou-se Membro da Comissão Especial nomeada para rever a Nova Constituição (1935). Em 1932, Werneck Sodré¹⁹ escreveu o primeiro ensaio biográfico sobre Oliveira Vianna e outros autores brasileiros como Graciliano Ramos²⁰. Neste, Sodré destaca a origem ruralista de Vianna, destaque que é criticado pelo biógrafo mais atual Faria (2002). Vianna foi ainda Membro da Comissão Revisora de Leis do Ministério da Justiça em 1939 e Ministro do Tribunal de Contas da União. Pertenceu à ABL (Acad. Fluminense de Letras) aos Institutos de História (IH) de PA, RN, PB e CE; à Société des Américanistes de

¹⁷ Nikolai Bukharim, revolucionário bolchevique, político soviético e filósofo marxista.

¹⁸ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Divisão de Acervo Historiográfico. Perfil Biográfico: Caio Prado Junior. s/a. Disponível em: <<https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/exposicoes/parlamentares-paulistas/caio-prado-junior/perfil-biografico/>> Acesso em: 08-09-2023

¹⁹ Nelson Werneck Sodré, militar, professor, escritor e historiador marxista.

²⁰ Graciliano Ramos, escritor brasileiro de romances, contos, biografias, jornalista e político. Conhecido por sua obra *Vidas Secas* (1938).

Paris, ao Inst. Intern. de Antropologia, à Acad. Portuguesa da História, à Acad. Dominicana de História (IHGB s/a)²¹.

Prado em 1934 ingressou na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, embora sem concluir o curso. No mesmo ano participou da fundação da Associação de Geógrafos do Brasil. Com a ascensão do fascismo na Europa, e sob orientação geral dos PCs no VII Congresso da Internacional Comunista de 1935, passaram a buscar alianças a esquerda para o enfrentamento do Governo Vargas a partir da ANL (Aliança Nacional Libertadora), na qual Caio foi vice-presidente regional em São Paulo, junto a Miguel Costa (ex-comandante da Coluna Prestes 1925-1927) que era o então presidente regional da organização. A ANL logo foi enquadrada na Lei de Segurança Nacional e tirada da legalidade, movimento que produziu insurreição armada levada a cabo em novembro de 1935 em Natal, Recife e Rio de Janeiro e cujo fracasso aumentou a repressão política anticomunista e culminou em estado de sítio decretado que durou até 1937. Foi preso em dezembro de 1935 no Rio Grande do Sul e transferido a São Paulo onde ficou preso por dois anos (Acervo histórico IHGB)²².

Em 1936 Buarque foi nomeado professor na Universidade do Rio de Janeiro, onde veio a lecionar história da América no ano seguinte; mesmo ano em que se casou com Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda com quem teve sete filhos e viria a passar o restante de sua vida. Sergio Buarque tornou-se diretor do Departamento de Pesquisa da Biblioteca Nacional até a Universidade do Rio de Janeiro ser fechada, em 1939 sob repressão política de Getúlio Vargas. Tornou-se então comentarista e crítico literário no Instituto Nacional do Livro (Costa, 2014).

Desde 1930 muitas coisas haviam mudado, dentre elas a implantação de universidades no Brasil, ampliando os espaços de cátedra, assim Freyre lecionou na Faculdade de Direito do Recife até que surgiu a oportunidade de fundar o curso de sociologia na Universidade do Distrito Federal em 1935, que veio a ser interrompido em 1937 com o Estado Novo. Já Prado foi liberto em abril de 1937, já em liberdade foi denunciado por crime contra a segurança nacional, mas com o fim do estado de sítio obteve *habeas-corpus*, permanecendo em liberdade.

²¹ IHGB, Instituto Histórico Geográfico do Brasil. Perfil: Francisco José de Oliveira Vianna. s/a. Disponível em <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/FJOViana.html>> Acesso em 23/08/2023

²² ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Divisão de Acervo Historiográfico. Perfil Biográfico: Caio Prado Junior. s/a. Disponível em: <<https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/exposicoes/parlamentares-paulistas/caio-prado-junior/perfil-biografico/>> Acesso em: 08-09-2023

Imediatamente saiu do país ficando exilado na França onde atuou no PCF (Partido Comunista Frances) em solidariedade aos combatentes republicanos da Guerra Civil espanhola.

ERA VARGAS: ESTADO NOVO E SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1937 - 1945)

Neste período contraditório de forte influência anticomunista e nacionalista, com propagandas de ideologia fascista e eugenistas propagadas em favor do governo Vargas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, é possível notar que Oliveira Vianna detinha amizades influentes, um amplo capital financeiro e cultural, era poliglota e possuía grande habilidade em cultivar amizades profícuas em todos os espectros políticos: ao mesmo tempo que era amigo e confrade de Werneck Sodré (marxista filiado ao Partido Comunista do Brasil em 1940) e seu primeiro biógrafo em 1942 (SODRÉ, 1942); Vianna era também ligado a Alberto Torres (ruralista fundador da Sociedade dos Amigos de Alberto, associação que visava influir no eleitorado da Assembleia Constituinte de 1934) intelectual de quem foi considerado herdeiro. Vianna colaborou em numerosos jornais com artigos versando sobre temas que vão do Direito Social e Leis Trabalhistas à Antropologia, Sociologia e Ciência Política da Formação Social brasileira. Mas é notório que a partir do seu envolvimento no Estado Novo (1937-1945), as obras de Oliveira Vianna deslocaram-se para problemas jurídico-políticos frequentemente a serviço da construção do Estado (FARIA, 2002).

Enquanto isso, concluído o curso no Rio de Janeiro, Freyre voltou a viajar pela Europa, incluindo Inglaterra e Espanha, porém teve seu roteiro encurtado pela guerra civil, retornando aos Estados Unidos para lecionar em Columbia, ficando a década de 40 entre idas e vindas do Brasil ao exterior atendendo a convites e conferências até o convite do Ministério da Educação e Saúde em 1942 para realizar missão técnica no Uruguai, Paraguai e na Argentina em nome do Brasil (LIMA, 2010).

Diferente de Vianna, que foi aliado aberto e intelectual influente da ditadura Varguista, e de Freyre, que de maneira mais discreta também participou amplamente do governo ditatorial com suas pesquisas, Prado que foi perseguido e preso e encontrava-se exilado na França. Apenas em 1938 é que Prado foi absolvido das acusações no Brasil e com início da Segunda Guerra Mundial, optou por retornar ao seu país em 1939 (Acervo histórico, s/a)²³. O Brasil

²³ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Divisão de Acervo Historiográfico. Perfil Biográfico: Caio Prado Junior. s/a. Disponível em: <<https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/exposicoes/parlamentares-paulistas/caio-prado-junior/perfil-biografico/>> Acesso em: 08-09-2023

ainda estava sob jugo da ditadura varguista, fazendo com que o seu retorno ao PCB fosse de atuação restrita, visto que a própria existência do partido estava ameaçada pela repressão governamental. Somente com ingresso do Brasil ao lado dos aliados na Guerra Mundial é que o PCB pode retornar as atividades de forma mais explícita em 1943, adotando como estratégia o apoio ao ditador Vargas em nome da “união nacional” frente a guerra. Prado e muitos outros foram contrários a posição de apoio a Vargas adotada a partir da 2ª Conferência Nacional do partido, estes organizaram-se em “Comitês de ação” inspirados pela ANL e chegaram a aspirar lançar Caio Prado para concorrer à Presidência da República. Prado, a partir dos comitês, tornou-se elo entre comunistas e liberais na articulação contra o Estado Novo e participou da fundação da UDN (União Democrática Nacional) em 1945 embora permanecesse no PCB.

Apesar das diversas divergências com o seu partido, o PCB, Prado permaneceu filiado e junto a atuação política recobrou sua produção intelectual na década de 1940, publicando “*Formação do Brasil Contemporâneo*” em 1942 e “*História Econômica do Brasil*” em 1945. Em 1942 casou-se com Marai Helena Nioac com quem teve Roberto (1945). Ainda em 1943, envolveu-se com editoria da revista “*Hoje – O Mundo em Letra de Forma*” junto a Monteiro Lobato²⁴ e Arthur Neves, além de fundar a Gráfica Urupês e a Editora Brasiliense junto de seu pai, além de Leandro Dupré²⁵, Hermes Lima²⁶ e Arthur Neves, e onde mais tarde ingressaram na sociedade mais oito sócios, dentre eles Monteiro Lobato, que também teve obras lançadas pela Editora, assim como Maria Dupré²⁷ e Lima Barreto²⁸.

EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA (1945-1964)

Com o desgaste político gerado pela participação brasileira na Segunda Guerra Mundial e com o enfraquecimento da legitimidade do regime autoritário junto a sociedade, Vargas foi pressionado a renunciar e chamar por eleições presidenciais no ano de 1945. Com a abertura do regime, o PCB retornou oficialmente ao registro como partido, retomando a legalidade depois de 18 anos na clandestinidade e incorporando inúmeros intelectuais e artistas conhecidos. Vários destes foram candidatos pelo PCB, assim como Prado, que concorreu a Deputado

²⁵ Leandro Dupré, esposo de Maria José Dupré.

²⁶ Hermes Lima, político, jurista, jornalista, professor e escritor brasileiro; foi Ministro do Supremo Tribunal Federal (1963-1969), nomeado por João Goulart, cargo do qual foi afastado compulsoriamente pelo AI-5.

²⁷ Maria José Dupré, escritora brasileira que assinava como “Sra. Leandro Dupré”, conhecida pela obra “Éramos seis”.

²⁸ Afonso Henriques de Lima Barreto, escritor e jornalista brasileiro, que por ser negro só passou a ser efetivamente reconhecido por sua obra após sua morte.

Estadual em 1945 e foi eleito Deputado Federal em 1947, sendo que este último mandato foi cassado em 1948 junto a novo cancelamento do registro do partido. Mas não antes de, junto a Mario Scheberg²⁹, incluir o art. 132 a Constituição Estadual, artigo do qual seria criada a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

Ainda em 1945, Prado participou do I Congresso Brasileiro de Escritores, em São Paulo, no qual foi acordado como princípio a defesa da volta ao Estado de Direito, do sufrágio universal e da soberania popular. Além disso, participou da criação do jornal oficial do PCB, o jornal Hoje, cedendo espaço na propriedade que sediava também sua editora. Porém, com o PCB na ilegalidade em 1947, Prado foi preso novamente junto com diversos outros membros da bancada comunista, seu confinamento durou três meses. Em liberdade focou no trabalho intelectual e casou pela terceira vez, dessa vez com Maria Cecília Homem com quem não teve filhos.

Enquanto isso, junto de sua esposa e filhos brasileiros, Buarque retornava a São Paulo em 1946, onde assumiria a direção do Museu Paulista, também passaria a dar aulas na Escola Paulista de Sociologia e Política. Freyre, por outro lado foi consultor técnico do Patrimônio Nacional de 1937-1957 e deputado federal (UDN) em 1946-1950.

Oliveira Vianna, que diferente dos demais, viveu quase toda sua vida em Saquarema na fazenda de sua família (SODRÉ, 1942 apud TORRES, 2002), morreu em Niterói, 28 de março de 1951. Ele influenciou temas políticos relevantes até a atualidade, como defende Faria (2002, p.119) que o chama de “*um fundador de discursividades*” e exemplifica que a obra de Vianna tornou expressões teóricas em expressões corriqueiras, e que os efeitos políticos de seu discurso ainda podem ser sentidos ao que exemplifica:

Após uma série de 17 entrevistas com virtuais candidatos à sucessão presidencial, seis temas revelam as idéias e alguns projetos. Todos são unânimes na necessidade de reduzir a interferência do Estado na econômica e na defesa da reforma agrária. Dos 17 ouvidos só um, Lula, declarou: ‘o latifúndio brasileiro ainda tem mentalidade feudal. A terra não pode servir para especulação’... (O GLOBO, 1989 apud TORRES, 2002)

Opinião que é compartilhada pelo jornalista Suzuki Jr (2008) que afirma a influência do pensamento teórico de Vianna, em especial na obra “*Populações Meridionais do Brasil*” ao pensamento antinipônico e na política contrária a imigração nipônica adotada pelo Estado na

²⁹ Mario Scheberg, físico, matemático e político brasileiro.

primeira metade do século XX, a exemplo da política implementada durante a Assembleia constituinte de 1946 onde foi votada a ementa que dizia “*É proibida a entrada no país de imigrantes japoneses de qualquer idade e qualquer procedência.*” (SUZUKI JR, 2008)

Ao fim da década de 1950, Buarque, em 1957 passou a lecionar na Universidade de São Paulo onde fundou o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) em 1962. Enquanto Prado candidatou a cátedra, porém sem sucesso, em 1954, para lecionar Economia Política na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Em 1955, Caio lançou a Revista Brasiliense que contou com numerosos colaboradores e foi considerada vanguarda do pensamento político. Nela publicou parte significativa de sua produção teórica. Já Freyre, em 1957, foi nomeado diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Nordeste por Anísio Teixeira. (LIMA, 2010).

DITADURA MILITAR EMPRESARIAL (1964-1985)

Em 1964, frente ao golpe militar-empresarial, a revista de Prado que já estava na 52ª edição foi extinta por ordem do regime e seus originais destruídos. A partir daí ele e a Editora Brasiliense foram sistematicamente perseguidos sendo rotineiras prisões, apreensões e demais coerções das mais diversas. Em 1966 publicou sua obra mais polêmica “*A Revolução Brasileira*” onde analisou o fracasso da esquerda em 1964 causando gigante repercussão. Em 1968 tentou, estimulado pelo amigo Sergio Buarque de Holanda, sucedê-lo na docência na USP, tal intento não foi possível em razão da aposentadoria forçada de Holanda em 1969 - que se aposentou em protesto a cassação de seus colegas pela ditadura empresarial-militar.

Ainda em 1968 Prado foi indiciado pela PM sob acusação de incitar o público a guerra e subversão. Para evitar a prisão exilou-se no Chile junto a muitos outros brasileiros. Holanda, seguiu escrevendo e lecionando em conferências nacionais e estrangeiras, chegou a palestrar em Yale (1966), Columbia (1965) e Harvard (1966). Prado, retornou ao Brasil em 1970 para julgamento, condenado a quatro anos de prisão ficou detido na Casa de Detecção Tiradentes até 1971, quando foi transferido ao quartel de Quitaúna e levado novamente a julgamento, dessa vez absolvido.

Freyre não defendeu abertamente a ditadura Vargasista de 1930-1945, nem a portuguesa de 1951, mas foi um dos primeiros a defender a ditadura militar-empresarial brasileira em 1964: “*O constitucionalismo do sociólogo-deputado que admitia voto de comunista se converteu, inconstitucionalissimamente, no oposto*” (LIMA, 2010, p.57). Apoio o qual exacerbou um

posicionamento político que nunca excluiu o conservadorismo e que o levou gradualmente ao rechaço acadêmico de racionalistas e cientificistas. Ele, recebeu e recusou convite para ser Ministro da Educação Pública do governo militar (LIMA, 2010).

Freyre viveu o período da ditadura militar-empresarial uma vida tranquila entre idas e vindas, ainda com grande prestígio nacional e internacional, em especial nos Estados Unidos. Teve influência política durante o período da ditadura favorecendo construções na sua região natal e seguiu escrevendo de teses a quadrinhos, pelos quais recebeu diversos prêmios. (LIMA, 2010).

Já Sergio Buarque pouco antes de seu falecimento foi um dos membros fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Ele faleceu no dia 24 de abril de 1982, na cidade em que nasceu, São Paulo – SP (COSTA, 2014). Freyre morreu em 18 de julho de 1987, em Recife-PE (Lima, 2010). Enquanto Prado já afastado da militância comunista há tempos, recebeu o prêmio do Ministério da Ciência e Tecnologia e CNPq em 1987, prêmio que não pode receber pois já estava doente, ele faleceu em 23 de novembro de 1990, em São Paulo -SP (Acervo histórico, s/a)³⁰.

2.DA VIDA À EPISTEMOLOGIA

A formação dos sujeitos está relacionada à historicidade de sua existência, a experiência formativa do pensamento e obra de autores e pesquisadores é constituída pela sua história e pelas histórias que outros contam destes. O universo subjetivo e objetivo ao qual foram sujeitados em suas trajetórias é formativo de seu saber se compreendermos que “*a autoria é uma criatividade enraizada no inconsciente coletivo*”, como apontou Corrêa (1993, p.496).

As coisas que nos tocam nossos sentidos possuem valor estético e interpretativo, fazem do plural singular impedindo o emergir de uma racionalidade puramente instrumental. Somos compostos pelas relações que estabelecemos e que são estabelecidas conosco, o que torna indispensável para o conhecer de uma obra e de suas categorias específicas conhecer o autor, sua trajetória, as relações sociais e políticas que o constituíram enquanto sujeito e as quais estiveram sujeitas suas ideias e por conseguinte o conjunto de sua obra.

³⁰ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Divisão de Acervo Historiográfico. Perfil Biográfico: Caio Prado Junior. s/a. Disponível em: <<https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/exposicoes/parlamentares-paulistas/caio-prado-junior/perfil-biografico/>> Acesso em: 08-09-2023

Ao resgatar a história individual dos autores e cruzar suas trajetórias entre si e junto a história do universo ao qual estavam circunscritos, busco “*religar os aspectos das relações sociais, políticas e culturais nas dimensões macro e micro*” (CORRÊA, 1993, p.495). Fazendo deste uma tomada de consciência que busca observar os processos singulares e coletivos de exteriorização. Possibilitando compreender as contradições entre estes, seus pares e o período histórico que vivenciaram, bem como e o que disputaram por meio de seu trabalho ao mobilizarem o conceito de “família brasileira” em suas obras.

Tendo em mente que a compreensão da estrutura da família, seus personagens, papéis a estes atribuídos e destes esperados são social e culturalmente referenciados passando por drásticas mudanças ao longo do tempo (ARIÈS, 1986). Mas também, sofrendo alterações mediadas pela história e vida dos sujeitos que as vivenciam. De maneira que, a compreensão de cada autor sobre a “família brasileira” é alterada pelo processo singular de exteriorização (LESSA, 2009) de cada sujeito ao mesmo tempo que se altera quando objetivada (LESSA, 2009), sendo transformada e moldada, reivindicando também a transformação da natureza das relações sociais que representam.

CAPÍTULO 2 - AS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

Sabendo um pouco mais da formação social dos autores estudados partimos neste capítulo às particularidades dos conceitos de família de cada um dos autores, os significados atribuídos ao termo “família brasileira” e os empregos realizados deste nas obras elencadas. O objetivo específico deste capítulo é conectar os aspectos das relações sociais, políticas e culturais observados no capítulo anterior a dimensões do emprego do conceito de família nas obras consideradas clássicas da formação do Brasil. Isto pois, entendemos que a biografia, a atuação política e as influências teóricas, influenciam nos conceitos de “família brasileira” criados e empregados nas obras. Objetivo ainda analisar a relevância do referido conceito na obra de cada autor.

Dessarte, o escrutínio das obras selecionadas – [1] *Evolução do povo brasileiro* de Oliveira Vianna; [2] *Casa-grande e senzala* de Gilberto Freyre; [3] *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda; e [4] *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Jr – está descrito neste capítulo de maneira sistematizada de modo a possibilitar a identificação dos conceitos de família cunhados em suas similaridades e distinções para que a etapa comparativa do capítulo terceiro seja possível.

A “FAMÍLIA EUGÊNICA” EM OLIVEIRA VIANNA

Oliveira Vianna, embora jurista de formação, é conhecido como um notório cientista social brasileiro e herdeiro do legado do teórico Alberto Torres³¹, cuja contribuição teórica teve papel importante na formação da identidade e cultura do Brasil. Vianna era um teórico evolucionista, escola em alta no período de sua formação social e teórica. Mas, embora destacasse a concepção dos evolucionistas clássicos onde “*a família, em todas as sociedades, havia seguido a mesma evolução uniforme: primeiro, a promiscuidade da horda troglodytica; depois, o matriarchado; depois, a organização patriarcal; por fim, a família moderna*” (VIANNA, 1938, p.28) contrariava esta concepção unilinear da evolução. Segundo o próprio autor (idem, 1938, p.30), “*esse unilinearismo falseava a verdade e não explicava nada. Longe de obedecer a essa unilateralidade de evolução, revelavam os grupos humanos uma incomparável riqueza de modalidades evolutivas*”, no embalo da concepção de Gabriel de

³¹ Alberto Torres – Político, Jornalista e Bacharel em direito brasileiro que dava enfoque a questão da unidade nacional e organização social brasileira. Foi inspiração de nacionalistas de direita como Plínio Salgado e de esquerda como Nelson Werneck Sodré.

Tarde³² que contrapôs o conceito de “*evolução linear*” ao conceito de “*pluralidade das linhas de evolução*” e do que este chamou de “*heterogêneo inicial*” contraposto a concepção de “*homogêneo inicial*” de Spencer³³ (Vianna. 1938. p.31-33).

Desse modo, em linha similar à Gabriel de Tarde, Vianna (1938. p.36-37) atribuía a esta multiplicidade de aspectos e tipos encontrados na origem das organizações sociais conhecidas até sua época à fatores étnicos, econômicos, geográficos, históricos, etc.; os quais em sua combinação produziriam as sociedades tal como conhecidas: “*Cada sociedade tem, na verdade, a sua maneira própria de arranjar-se no seu habitat, de adaptar-se a elle*”. Foi inspirado nas teorias de Frédéric Le Play³⁴ e similares hoje conhecidos como adeptos do “racismo científico”, concepção etnocêntrica e eurocentrista do desenvolvimento social sobre a qual Vianna solidificou sua obra. Entendendo que, então, para o autor há uma determinação multifatorial que dá origem a multiplicidade cultural e que o objetivo imediato da investigação social deixa, portanto, de buscar leis gerais e deve catalogar e analisar as particularidades de cada grupo social, Vianna (1938) desenvolve o estudo que intitula “*Evolução do povo brasileiro*”, obra sobre a qual nos debruçaremos aqui.

Vianna (1938. p. 45) entendia como funesta a tentativa idealista que pressupunha absoluta semelhança entre os “*povos civilizados*” (*sic*) da qual resultava a tentativa de imitar sistematicamente as instituições europeias. Ele percebia a importância do estudo do povo brasileiro em todos os seus aspectos, visando dados concretos que possibilitassem “*o conhecimento de como adaptar o homem á natureza, ou de como adaptar a natureza ao homem*” o entendia como raiz dos demais problemas, dos sociais aos econômicos (VIANNA *apud* HUNTINGTON, 1938, p.46).

Por entender que as “*diferenças de estrutura*³⁵ *complicam-se com diferenças mais subtis de mentalidade*” é que Vianna (1938, p.50-51) entende que é da história aos fatores

³² Gabriel de Tarde – filósofo, sociólogo, psicólogo e criminologista francês; cujo principal legado teórico foi ao ramo da criminologia com sua teoria psicossocial do crime, na qual estudava as motivações psicossociais da ação, baseado na relação ator-rede.

³³ Herbert Spencer – filósofo, biólogo e antropólogo Inglês, Darwinista e defensor do liberalismo clássico, transpôs o evolucionismo da biologia às ciências sociais, estudando o comportamento social como algo biológico, defendia a “sobrevivência do mais forte”, posições que lhe renderam a alcunha de “Pai do Darwinismo Social.”.

³⁴ Pierre-Guillaume-Frédéric Le Play – engenheiro de minas e professor francês que se tornou investigador independente contribuindo ao campo da sociologia, era conservador e doutrinador do “catolicismo social” pregando intervenção no grupo familiar (determinado pelas relações de sangue) e reforma moral.

³⁵ O sentido da palavra ‘estrutura’ aqui empregada por Vianna distingue-se da concepção marxista de estrutura, bem como do estruturalismo enquanto escola teórica, refere-se a fatores como educação, prestígio, preconceitos, desejos, civismo, etc. Fatores os quais entende enquanto derivados da dispersão geográfica e agravado pela ausência de uma classe média aos moldes saxônicos. (Vianna. 1938. p. 49)

étnicos que é formada a complexidade de uma sociedade. Esta concepção teórica Vianna destrincha nas obras “*Populações meridionaes do Brasil*”; “*Pequenos estudos de psychologia social*” e “*O idealismo na evolução política*”. Distinguindo-se da obra aqui analisada, na qual o objetivo é destacar as “*correlações existentes entre os individuos e o territorio, em que habitam*” (VIANNA, 1938, p.50-51). Vianna, partindo do desenvolvido pelo antropólogo de Lapouge³⁶, entendia que havia correlação entre posição social e o que chamavam de “*capital eugênico*”, que seria uma espécie de potencial de desenvolvimento geneticamente determinado em cada raça. Segundo esta, “*raças arianas*” teriam mais elevado “*capital eugênico*” do que “*raças negras*” e “*mestiças*”. (COSTA, 2014, p.830)

Tal concepção axiológica recai ao objeto deste estudo, no caso “a família brasileira”, de maneira a entendê-la como um problema da “*evolução da raça*”, ou como Vianna (1938, p.52) também chama: “*o problema étnico brasileiro*”. O autor entende que “*o typo psicologico do brasileiro*” varia, pois, cada raça, grupo ou tribo possui “*uma sensibilidade propria, uma affectividade propria, uma intellectualidade propria em summa, sentimentos e idéas, tendencias e aspirações específicas*” (VIANNA, 1938, p.183). Complexidade que se agrava pelos “*cruzamentos e recruzamentos sucessivos*” entre estas, fazendo deste “*typo psicologico*” indeterminável. Entende, portanto, que o mestiço é quem viria a ser “*realmente o verdadeiro typo brasileiro*” (VIANNA, 1938, p.185-186).

Dessarte, a partir da análise da proporcionalidade entre pretos, brancos, caboclos e mestiços, Vianna (1938, p.191) entende que a “*evolução do povo brasileiro*” tende a “*aryanização progressiva dos nossos grupos regionais*” por meio da imigração do que chama de “*imigrantes das melhores raças européas*” (VIANNA, 1938, p. 194). O autor entende que o esforço colonizador da raça ariana brasileira, é o esforço que tende a homogeneizar e civilizar o país. É neste sentido que Vianna defende que deve haver uma evolução da sociedade e posteriormente da raça para que então seja possível uma evolução das instituições políticas aos moldes do capitalismo europeu (VIANNA, 2018). É sobre os pilares da aculturação e eugenia que Vianna compreende que a família brasileira deve estruturar-se para “*evolução da sociedade brasileira*” (sic). É esse papel, então, de evolução por meio do branqueamento do povo brasileiro, que percebemos em análise preliminar o papel que Vianna atribui a “família brasileira”, de modo que intitulei nesta pesquisa a família brasileira de Vianna de “família Eugênica”.

³⁶ Georges Vacher de Lapouge – antropólogo francês que teorizou a eugenia e o racialismo, conhecido como fundador da “antropopsicologia”, teoria racial que determinava por meio da raça a “superioridade” dos povos.

A concepção eugenista do conceito de “família brasileira” cunhado por Oliveira Vianna de modo algum limita-se a obra *Evolução do Povo Brasileiro*, ainda que tenha sido esta a obra a mais criticada do autor. Ferreira (2009, p.9) aponta que o tema família foi central também a obra *Populações Meridionais do Brasil*, isto em razão da metodologia de Vianna que visava explicar os tipos regionais pela influência do meio físico e geográfico, mas também pelo regime de trabalho, propriedade, raça, modo de vida e composição familiar. A metodologia aplicada por Vianna na obra *Evolução do Povo Brasileiro* teve inspiração na Escola de Le Play, bem como na “geografia social” e nos conceitos de “tipo social” de Demolins³⁷ e Tourville³⁸.

Na obra *Evolução do povo Brasileiro*, Vianna (1938, p.9) apontava três tendências: Social, a de interiorização rumo a região central; Étnica, o branqueamento considerado pelo autor como “*evolução aryanisante*” pela miscigenação; e Política, a ascensão de um Estado centralizador. Embora em análise quantitativa da obra o termo família e seus similares tenha sido pouco mencionado, o conceito de família é conceito chave e indispensável da obra do autor e permeia toda a sua análise da formação social brasileira.

Se observarmos a concepção de família empregada por Vianna nas suas análises, junto aos autores que o inspiraram conceitual e metodologicamente, em relação com sua história pessoal, é possível afirmar que sua origem escravocrata na Fazenda Rio Seco influenciou sua percepção sobre raça, sendo preservadas as hierarquias sociais de sua criação em suas análises e estudos. Mas não apenas isto, é possível observar como a criação católica conservadora do autor teve influência em sua obra, embora termos religiosos não apareçam de maneira imediata, ficam explícitas pela aproximação do autor com as teorias de Le Play, Demolins e Tourville; de forte influência do catolicismo e do conservadorismo em suas abordagens sociais.

A visão social de Vianna sobre a formação brasileira, embora tenha sido um avanço frente ao seu próprio tempo histórico, por contrapor-se as compreensões da “*evolução linear*” e propor uma análise focada na compreensão da sociedade brasileira em suas particularidades, é ainda centrada numa concepção eurocêntrica de sociedade e civilidade que compreende as diferenças culturais e sociais como diferenças biológicas de constituição da raça e desconsidera

³⁷ Edmond Demolins – discípulo de Le Play em princípio, foi defensor de teorias raciais e da superioridade anglo-saxã e da geografia social. Junto à Tourville fundou a *École des Roches*. Enfatizava em suas teorias o impacto do espaço geográfico nos indivíduos e grupos sociais.

³⁸ Henri de Tourville – padre francês que se dedicou a sociologia sobre influência de Le Play inicialmente, mais tarde unindo-se a Demolins fundou a *École des Roches*. Enfatizava em suas teorias o impacto do espaço geográfico nos indivíduos e grupos sociais, defensor de teorias raciais e da superioridade anglo-saxã.

em suas explicações todas as violências sociais, culturais e econômicas as quais negros/as e indígenas foram submetidos no Brasil:

Observa-se ahi a pequena fecundidade dos mulatos livres e a alta fecundidade dos negros livres. Estes, embora mais fecundos, são mais trabalhados pelas selecções pathologicas, que elevam o seu indice de mortalidade acima dos de todas as outras raças. Em confronto com o branco e o mulato, o índio, posto em meio civilizado, é inferior, como se vê, em resistencia biológica (VIANNA, 1938. p.203).

Não só Vianna explicava por meio da raça questões explicitamente derivadas das condições miseráveis das populações não-brancas no Brasil, como em razão destas explicações focadas na raça como categoria biológica determinante entende que é por uma suposta “*inferioridade racial*” que pretos e mulatos morriam mais do que nasciam nas senzalas e que a abolição da escravatura de 1888 apenas retardava o inevitável desaparecimento dos pretos. Em razão disto o autor interpretava dados (Figura 1) de crescimento da população brasileira por raça como indicativos de “superioridade biológica” e não das condições as quais estavam submetidos os grupos:

| Grupos ethnicos | Crescimento % |
|--------------------------|----------------------|
| Branços | + 1,21 |
| Mulatos | + 0,92 |
| Indios | + 0.34 |
| Pretos | — 0,52 |

Figura 2 - Tabela de crescimento populacional (VIANNA, 1938)

Mergulhado na compreensão racialista - e racista - da sociedade brasileira e sob forte influência católica, no olhar missionário e tutelar do autor sobre negros, indígenas e miscigenados é que este entende que, contando com os altos índices de mortalidade, com a imigração europeia e estimulando a miscigenação, o que ele chama de “elementos bárbaros” – ou seja, as características socioculturais e fenotípicas dos povos não brancos – seriam dizimados:

Os elementos barbaros, que formam o nosso povo, estão sendo, pois, rapidamente reduzidos: a) pela situação estacionaria da população negra; b) pelo aumento

continuo dos affluxos arianos nestes últimos tempos; e) por um conjuncto de selecções favoraveis, que asseguram, em nosso meio, ao homem de raça branca condições de vitalidade e fecundidade superiores aos homens das outras raças tutelar os negros e nativos do Brasil.

Esse movimento de arianização, porém, não se limita apenas ao augmento do volume numerico da população branca pura; tambem as selecções ethnicas estão operando, no seio da propria massa mestiça, ao sul e ao norte, a redução do coefficiente dos sangues barbaros. Isto é, nos nossos, grupos mestiços o quantum de sangue branco cresce cada vez mais, no sentido de um refinamento cada vez mais apurado da raça. (VIANNA, 1938, p.206-207)

O papel central da “família brasileira” na sociologia de Oliveira Vianna fica explícito, ainda que o termo família seja quantitativamente pouco empregado por este autor, pois toda sua compreensão social parte de uma concepção biologizante da categoria raça e por conseguinte todas suas assunções sociais das possibilidades de cruzamento e eugenia por meio das relações interraciais:

Ora, nos cruzamentos animaes, sabe-se como se póde "enxertar" numa raça inferior, pouco a pouco, os characteristics e as qualidades de uma outra raça superior, de maneira a formar, por selecções successivas, um novo typo ethnico, que, embora de origem spuria, possua os attributos mais excellentes da raça superior. Ha, por isso, na classe dos animaes puros, a dupla categoria dos "puros por pedigree" e "puros por selecção". Estes, é claro, não são puros realmente, porque é uma regra, em zoologia como em anthropologia, que "sangue cruzado não se torna puro"; de modo que quaesquer descuidos ou erros de seleção podem abrir ensanchas aos retornos atavicos, capazes de reconstruir o typo da raça inferior. (VIANNA, 1938, p.207)

De modo que a “família brasileira” idealizada pela acepção conceitual de Oliveira parte da renovação constante de “*reproductores puro-sangue*” advindos das “*imigrações arianas*” que em cruzamento com os sujeitos que o autor considera “*indivíduos de sangue impuro*” produziriam uma sociedade brasileira “mais apurada”:

O facto da existencia desse nucteo de reproductores arianos, puros por pedigree, no seio da nossa população, tem valido como uma causa poderosíssima de acceleração na marcha do nosso apuramento ethnico. Os typos mestiços, que se cruzam com elles, geram indivíduos que, pela maior dosagem do sangue ariano, tendem a se aproximar

rapidamente, pelos caracteres anthropologicos e, psychologicos, do typo europeu. (VIANNA, 1938, p.208).

A obra teórica de Vianna, longe de qualquer neutralidade, é um reflexo das concepções da aristocracia rural brasileira pós 1888, mas também dos privilégios sociais, de classe e raça experimentados pelo autor ao longo de toda sua vida. A defesa das relações interraciais junto a manutenção integral da hierarquia social do período da escravatura sob justificativas biologizantes e sob alcunha de “benevolência” de uma “raça superior” cai como uma luva a manutenção dos privilégios já detidos pelo próprio autor e seus pares. De modo que não surpreende que a teoria desenvolvida por Vianna tenha sido, a fim e a cabo, utilizada por projetos políticos que pregavam a eugenia. A “família brasileira” conceituada por Oliveira Vianna é, portanto, miscigenada, mas apenas em princípio, o conceito do autor visa, como ferramenta evolutiva, a família enquanto entidade que mediante o passar do tempo tornar-se-ia cada vez mais branca e cuja formação assemelhar-se ia cada vez mais em estrutura e hábito a família católica europeia.

A “FAMÍLIA COLONIAL” EM GILBERTO FREYRE

Gilberto Freyre, um dos mais conhecidos teóricos sociais do Brasil, deixou sua marca no campo da sociologia ao estudar a história da sociedade brasileira no período da colonização (ALVES, 2009). É necessária a compreensão da contraditoriedade que Freyre representa no cenário da sociologia e antropologia brasileira, bem como a complexidade de sua obra que inicia demarcada em sua juventude pelo caráter mais holístico e acaba por se direcionar a críticas e aos espaços de proposição política. Souza (2000, p.70) conclui que Freyre acaba por transformar algumas “...de suas brilhantes intuições de juventude acerca da especificidade e singularidade da formação social brasileira em uma ideologia nacionalista e luso-imperialista de duvidoso potencial democrático.”

Freyre teve sua obra inspirada pelo culturalismo de Franz Boas, com quem teve contato em Columbia University durante seus anos de estudos nos Estados Unidos da América. Sua obra, assim, afastou-se das teorias evolucionistas e racialistas e propôs perspectiva com abordagem de maior enfoque cultural. Em *Casa-Grande e Senzala*, Freyre reconhece a diferença entre os conceitos de raça e cultura, bem como de raça, hereditariedade e família (FREYRE, 2003). O autor compreende a miscigenação como fator determinante da formação

social brasileira, porém o faz por considerar o processo colonizador no Brasil como “brando” em relação ao sofrido por outros países:

Os portugueses não trazem para o Brasil nem separatismos políticos, como os espanhóis para o seu domínio americano, nem divergências religiosas, como os ingleses e franceses para as suas colônias. (FREYRE, 2003, p.45).

Mas não apenas isto, reafirma ainda que a influência dos jesuítas e da Igreja católica com seu sistema educacional e moral como algo “*mole, plástico, quase sem ossos*” (FREYRE, 2003, p.45). Entretanto reafirma a importância do catolicismo no Brasil colonial ao dizer que:

O perigo não estava no estrangeiro nem no indivíduo disgênico ou cacogênico, mas no herege. Soubesse rezar o padre-nosso e a aventaria, dizer creio-em-Deus-Padre, fazer o pelo-sinal-da-Santa-Cruz - e o estranho era bem-vindo no Brasil colonial. (FREYRE, 2003, p.45).

É ainda mais interessante a abordagem do autor se recordarmos que este titubeava entre o protestantismo e o catolicismo, sendo entendido por seus biógrafos (COELHO, 2007; CHACON, 1993) ora como um católico reconvertido, ora como adepto do misticismo cristão:

Temia-se no adventício acatólico o inimigo político capaz de quebrar ou de enfraquecer aquela solidariedade que em Portugal se desenvolvera junto com a religião católica. Essa solidariedade manteve-se entre nós esplendidamente através de toda a nossa formação colonial, reunindo-nos contra os calvinistas franceses, contra os reformados holandeses, contra os protestantes ingleses. Daí ser tão difícil, na verdade, separar o brasileiro do católico: o catolicismo foi realmente o cimento da nossa unidade. (FREYRE, 2003, p.45-46).

Assim, na obra de Freyre podemos observar que frequentemente se desenvolvem pontos paradoxais como este onde, ao mesmo tempo que aponta a brandeza dos padres no processo colonizatório, reconhece o impacto cultural da religião católica no Brasil. No que tange aos processos da formação social do Brasil, às relações estabelecidas entre as raças e a composição da família brasileira não escapa a esta abordagem paradoxal, levando a controvérsias na interpretação do autor e suas obras. Há, pelo que pude observar, duas principais linhas de interpretações da obra Freyriana no que tange a influência weberiana sobre esta: a primeira que entende que a obra de Freyre deriva da de Weber (SOUZA, 2000b) e a segunda que entende que ela se contrapõe aos princípios weberianos (MOTTA, 2007). Nos limites de nosso objeto

de estudo, aponto apenas que Freyre faz uso dos conceitos de “personalismo”, “familismo” e “privativismo” e referencia suas explicações sociais de maneira muito similar ao conceito de “racionalidade material” desenvolvido por Weber apontando a papel central da proximidade dos senhores, suas famílias, seus servos, com a religião e a política.

Freyre compreende a sociedade brasileira em um imbróglio onde família, igreja e política misturam-se e confundem-se entre si, apontando que o “*familismo*” no Brasil não se resumia ao patriarcado dominante, ou seja, a família imediata nos moldes católico-romanos, expandia-se abrangendo as relações sexuais entre pessoas escravizadas e as pessoas da casa-grande. De modo que, diz ele:

É claro que o observador que se colocar do ponto de vista de moral estritamente católico-romana terá de desprezar as formas antipatriarcais que floresceram então no Brasil como organizações de família. Mas o mesmo não poderá ser feito pelo estudioso de assunto cujo ponto de vista for antes o sociológico que o ético ou jurídico condicionado por esta ou aquela filosofia moral ou do direito. E do ponto de vista sociológico, temos que reconhecer o fato de que desde os dias coloniais vêm se mantendo no Brasil, e condicionando sua formação, formas de organizações de famílias extrapatriarcais, extracatólicas que o sociólogo não tem, entretanto, o direito de confundir com prostituição ou promiscuidade. (FREYRE, 2003, p.65)

O autor (FREYRE, 2003, p.16) interpreta que por meio das relações sexuais as mulheres não-brancas, “*pela escassez de mulheres brancas*”, agem no sentido da democratização social entre as raças no Brasil, como podemos observar no trecho:

A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil. Entre os filhos mestiços, legítimos e mesmo ilegítimos, havidos delas pelos senhores brancos, subdividiu-se parte considerável das grandes propriedades, quebrando-se assim a força das sesmarias feudais e dos latifúndios do tamanho de reinos. (FREYRE, 2003. p. 16)

Esta formação social miscigenada que aglutinava sob a mesma unidade familiar os brancos da casa-grande e aos pretos e indígenas escravizados das senzalas sob influência e domínios dos seus senhores, que Freyre aponta que foi força que se desdobrou no “*familismo político*” uma relação de apadrinhamento e oligarquismo que fazia da aristocracia colonial uma entidade poderosa (COELHO, 2007). Aponta ainda a convivência e subserviência dos padres em

relação a esta estrutura familiar controversa do ponto de vista ortodoxo do catolicismo resultante num “*culto de família*”, fatores que influem de maneira direta no conceito de família do autor (FREYRE, 2003, p.42):

Todos esses elementos, a começar pelo cristianismo liricamente social, religião ou culto de família mais do que de catedral ou de igreja - que nunca as tiveram os portugueses grandes e dominadoras do tipo das de Toledo ou das de Burgos, como nunca as teria o Brasil da mesma importância e prestígio que as da América Espanhola; todos esses elementos e vantagens viriam favorecer entre nós a colonização, que na América Portuguesa, como nas "colônias de proprietários" dos ingleses na América do Norte, repousaria sobre a instituição da família escravocrata; da casa-grande; da família patriarcal; sendo que nestas bandas acrescida a família de muito maior número de bastardos e dependentes em torno dos patriarcas, mais femeeiros que os de lá e um pouco mais soltos, talvez, na sua moral sexual.

A nossa verdadeira formação social se processa de 1532 em diante, tendo a família rural ou semi-rural por unidade, quer através de gente casada vinda do reino, quer das famílias aqui constituídas pela união de colonos com mulheres caboclas ou com moças órfãs ou mesmo à-toa, mandadas vir de Portugal pelos padres casamenteiros.

É possível compreender, portanto, que à família em Freyre (2003) -que chamarei aqui de “família colonial”- tem o papel da miscigenação na formação familiar reconhecido, mas detém-se preso muito mais a sua localização, papel econômico e político, ou seja, no seu caráter rural e latifundiário, patriarcal e familista de valores católicos controversos que segundo ele, diferiria moral e politicamente da família teocrática idealizada pelos jesuítas espanhóis na América espanhola. Freyre (2003) atribui em termos econômicos, mas também culturais a formação social do Brasil, a qual intitula *formação patriarcal*³⁹, menos no sentido compreendido pelas feministas hoje, e mais no sentido da “dominação patriarcal” weberiana, também conhecida como “dominação tradicional”, na qual o Estado é cunhado e está sujeito aos interesses familiares da oligarquia política. Entretanto, Freyre (2003) relativiza o desenvolvimento econômico e muitas vezes equivale condições de senhores e escravizados ainda que tal ação contradiga observações empíricas por ele mesmo citadas.

De mesmo modo, ao compreender por perspectiva multicultural o desenvolvimento da cultura capitalista no Brasil afasta-se de Weber, cuja interpretação da ascensão da sociedade do capital pressupunha um “espírito” desenvolvido em um sentido específico (MOTTA, 2007).

³⁹ Referente ao conceito de patriarcalismo, não de patriarcado.

Em sentido similar faz uso controverso dos “tipos ideais” weberianos em sua teoria ao diferenciar o tipo aventureiro, que atribui aos colonizadores portugueses e sua preferência de práticas extrativistas. Ainda a este “tipo” atribui a prática das relações interracialiais:

O escravocrata terrível que só faltou transportar da África para a América, em navios imundos, que de longe se adivinhavam pela inhaca, a população inteira de negros, foi por outro lado o colonizador europeu que melhor confraternizou com as raças chamadas inferiores. O menos cruel nas relações com os escravos. É verdade que, em grande parte, pela impossibilidade de constituir-se em aristocracia européia nos trópicos: escasseava-lhe para tanto o capital, senão em homens, em mulheres brancas. Mas independente da falta ou escassez de mulher branca o português sempre pendeu para o contato voluptuoso com mulher exótica. Para o cruzamento e miscigenação. Tendência que parece resultar da plasticidade social, maior no português que em qualquer outro colonizador europeu. (FREYRE, 2003. p.140)

Assim apontando que na sua interpretação da “família brasileira”, esta desempenha papel como unidade que modela a ação política, econômica e social (ITABOREI, 2005). Onde sua composição interracial é lida como positiva e explicada por Freyre (2003) tanto pelo “tipo aventureiro” dos colonizadores, quanto pela escassez de mulheres brancas e necessidade de continuação das grandes propriedades:

A formação patriarcal do Brasil explica-se, tanto nas suas virtudes como nos seus defeitos, menos em termos de "raça" e de "religião" do que em termos econômicos, de experiência de cultura e de organização da família, que foi aqui a unidade colonizadora. Economia e organização social que às vezes contrariaram não só a moral sexual católica como as tendências semitas do português aventureiro para a mercancia e o tráfico. (FREYRE, 2003. p.17)

Assim, Freyre (2003. p.17) explica a família colonial como a contemporização de duas tendências: a imposição imperialista “*da raça adiantada à atrasada*” (*sic*) e a “*contemporização as novas condições de vida e ambiente*”. Ao passo que entende que a família possuiu um papel importante e específico na formação do país:

A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. (FREYRE, 2003. p. 16)

É possível interpelar as assunções das quais derivam o conceito de família freyriano pelos fatos de sua história: da relação paradoxal e relativizadora da violência escravagista empregada pelos senhores portugueses, inclusive nos processos de miscigenação permeados pela relação de poder hierarquicamente explícita entre senhor e escravizada; do titubear sobre o papel influente do catolicismo sobre as unidades familiares rurais; ao fazer político influenciado pela família em sua composição expandida formador de oligarquias. Afinal, era Freyre, ele mesmo neto de oligarquia latifundiária e filho de importante figura política do Recife – PE. Ademais é possível observar também influência de suas vacilantes posições frente ao processo de escravidão e a fé cristã quando este consecutivamente conclama estes fatores e subsequentemente os renega como explicação.

Afirmo, portanto, sobre o conceito de família na obra “*Casa-grande e senzala*” que este é de suma importância ao desenvolvimento da teoria do autor, não pela análise quantitativa do emprego do termo na referida obra, como pela questão explicitada ao recordamos que o título preliminar da obra era “*Vida sexual e de família no Brasil escravocrata*” (LIMA, 2010), título que demonstrava de forma mais nítida a perspectiva culturalista que influenciou a obra, de grande enfoque sobre as relações familiares e sexuais desenvolvidas no Brasil colonial.

A “FAMÍLIA PATRIARCAL” EM BUARQUE DE HOLANDA

Sérgio Buarque de Holanda (2000) jurista de formação, sociólogo e historiador na atuação, contribuiu também ao jornalismo. Sob influência do antropólogo Frantz Boas e do sociólogo Max Weber, compreende que negros e indígenas tiveram papel importante na constituição da sociedade brasileira, embora entenda também que:

À influência dos negros, não apenas como negros, mas ainda, e sobretudo, como escravos, essa população não tinha como oferecer obstáculos sérios. Uma suavidade densa e açucarada invade, desde cedo, todas as esferas da vida colonial. (HOLANDA, 2000, p.61)

A obra de Buarque tem influência metodológica da dialética Hegeliana. O autor tem uma interpretação própria do legado português e da relação entre raças. À Buarque (2000) a concepção dos portugueses como benfeitores e da “mestiçagem” como apaziguadora das distinções sociais é incabível. (COSTA, 2014). O que fica explícito desde o princípio de seu livro *Raízes do Brasil*:

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. (HOLANDA, 2000, p.31)

De modo que Holanda (2000) propõe averiguar em princípio a herança ibérica e sua influência na formação da sociedade brasileira. Identificando, influenciado pela teoria weberiana, a “ação social relacionada a valores” no âmago da organização social do Brasil, que se distingue de outros autores ao atribuir tal “dominação tradicional” ou “patriarcal” a colonização que portugueses e espanhóis perpetraram ao Brasil. Holanda (2000) identifica que nos países ibéricos os privilégios hereditários não precisaram ser abolidos completamente para que se instaurasse a competição individual. Ou seja, os elementos formais de uma “dominação legal” (nos moldes Weberianos) e seus elementos institucionais e costumes não chegaram a ser plenamente apropriados e incorporados por estes povos em sua estrutura social. O Estado e sua burocracia, ao autor, surgiram como forma de refrear “*as paixões particulares momentâneas*”, não com pretensão permanente (HOLANDA, 2000, p.33).

A Holanda (2000), não é possível um apelo a “moral tradicional” referenciada nos colonizadores, pois esta jamais representou a coesão da vida social buscada. O autor declara que: “*Essa exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono.*” (HOLANDA, 2000. p.43). Para ele, as formas da vida coletiva poderiam ser diferenciadas entre dois princípios, o tipo aventureiro e o trabalhador. Do primeiro tipo identifica a ousadia dos grandes projetos, já do segundo o esforço lento, persistente e compensadores, tipos estes que se apresentariam em estado puro ou combinado nas sociedades.

Buarque (2000) entendia que havia no Brasil duas éticas opostas, a da aventura e a do trabalho, onde uma se acomoda ao efêmero e provisório e outra busca consolidação e permanência. Para ele, os colonizadores portugueses eram do primeiro tipo ético, aventureiros; que ao tentarem estabelecer domínio sobre as terras brasileiras fizeram da escravidão requisito necessário para a produção rural, o que ao Buarque fomenta um espírito avesso ao trabalho. Ao autor há um contraponto essencial entre o “patriarcalismo” e “personalismo” herdado da ética aventureira dos portugueses e reproduzidos pelo trabalho forçado imposto a negros e indígenas e o modelo capitalista que o advento da Nova República tenta implantar. O segundo depende de uma ética de consolidação de longo prazo, distinta da forma de fortuna rápida, sem trabalho regular que os senhores rurais estavam acostumados. De modo que identifica nos países ibéricos

a inclinação para a “*boa vida*”, ou seja, uma predominância do tipo aventureiro, indolência que entende que é compartilhada pela também sociedade brasileira como fica claro na citação:

E, no entanto, o gosto da aventura, responsável por todas essas fraquezas, teve influência decisiva (não a única decisiva, é preciso, porém, dizer-se) em nossa vida nacional. [...] os portugueses e seus descendentes imediatos foram inexcedíveis. Procurando recriar aqui o meio de sua origem, fizeram-no com uma facilidade que ainda não encontrou, talvez, segundo exemplo na história. (HOLANDA, 2000. p. 46-47)

Aqui destaca a similitude tipológica destes em relação aos negros de índole “*dengosa e açucarada*” e os originários de resistência descompassada, desacostumada “*ao trabalho acurado e metódico que exige a exploração*” (HOLANDA, 2000, p.48; 61). Que encontram a ambição dos portugueses, como frisa Holanda (2000, p. 49): “*O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho.*” Atribui, desse modo, à miscigenação o caráter da sociedade observada no Brasil, herdado dos tipos que se interrelacionam aqui.

Todavia, entende, que o Estado não está mesclado ou é reflexo da organização familiar, mas sim, que há um conflito, uma oposição entre Estado (no sentido formal liberal) e a família (no sentido patriarcal). Assim, embora o signo “família brasileira” e “família patriarcal” seja utilizado na obra de Holanda (2000) este a compreende com um significado próprio: A “família patriarcal” na obra do autor aparece como um entrave ao pleno desenvolvimento da sociedade brasileira. Pois compreende que a formação do Estado é um “*primeiro triunfo do geral, intelectual e abstrato*” sobre o “*particular, material e corpóreo – presente nas relações familiares.*” (ITABORAI, 2005, p.179)

Dessarte, Holanda aponta que:

Em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias, e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer

dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente. (HOLANDA, 2000. p.61).

A família patriarcal de Holanda (2000, p.63), é, portanto, aqui identificada como família latifundiária -que engloba os senhores e tudo que lhes pertence- de relações amistosas e trocas de favores, raiz da ‘anarquia’ do Estado e da sociedade brasileira, cerne da reprodução do tipo aventureiro e passional, um entrave ao avanço social e a tentativa de reproduzir no Brasil a sociedade europeia (não ibérica), resultado da colonização portuguesa e espanhola na sociedade brasileira.

Para Buarque (2000), o “*homem cordial*”⁴⁰ é formado nos quadros do sistema familiar brasileiro, que visa reduzir as relações formais e administrativas típicas do Estado capitalista a relações afetivas e pessoais. É aqui que pesa o conceito de família de Buarque, no seu sentido mais tradicional, daqueles que estão submetidos ao pai, ao senhor. Submissos aos interesses pessoais dos senhores detentores do poder, poder que se amalgama ao nascente Estado formal e faz dos quadros administrativos uma extensão do lar.

Entende ainda que houveram tentativas de “solucionar” a questão da herança moral dos ibéricos ao Brasil, e que foi com “*o insucesso da experiência holandesa*” em “*tentar importar numerosas famílias de lavradores da mãe-pátria*” para “*prevenirem contra os germes de futuras complicações*” que o problema se consolidou (HOLANDA, 2000, p.64):

Ao contrário do que sucedeu com os holandeses, o português entrou em contato íntimo e freqüente com a população de cor. Mais do que nenhum outro povo da Europa, cedia com docilidade ao prestígio comunicativo dos costumes, da linguagem e das seitas dos indígenas e negros. Americanizava-se ou africanizava-se, conforme fosse preciso. *Tornava-se negro*, segundo expressão consagrada da costa da África (HOLANDA, 2000. p.64).

É importante observar que, embora atribua em princípio a moral avessa ao trabalho e o modelo familiar expandido aos europeus ibéricos que colonizaram o Brasil, o autor não deixa de considerar de tipo similarmente orientado negros e indígenas quando se refere a “moral” da formação do país, seja ao citar a “*grande família tupi-guarani*” ou no atribuir “*suavidade dengosa e açucarada*” aos negros (Holanda, 2000, p.131; 61). Assim, compreende a formação da sociedade brasileira como permeada pelas tendências “*puras*” ou “*combinadas*” dos tipos

⁴⁰ Termo que empresta de Ribeiro Couto; jornalista, diplomata, poeta, contista e romancista brasileiro.

encontrados (HOLANDA, 2000, p.44), entendendo que na política expressam-se estes tipos da seguinte maneira:

...as facções são constituídas à semelhança das famílias, precisamente das famílias de estilo patriarcal, onde os vínculos biológicos e afetivos que unem ao chefe os descendentes, colaterais e afins, além da famulagem e dos agregados de toda sorte, não de preponderar sobre as demais considerações. Formam, assim, como um todo indivisível, cujos membros se acham associados, uns aos outros, por sentimentos e deveres, nunca por interesses ou idéias (HOLANDA, 2000, p.79).

À origem desse espírito de facção podem distinguir-se as mesmas virtudes ou pretensões aristocráticas que foram tradicionalmente o apanágio de nosso patriciado rural. [...] Nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica. O engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível, se bastava a si mesmo. (HOLANDA, 2000, p.80).

Compreender isto é compreender de onde parte o conceito de família patriarcal na obra de Buarque de Holanda (2000):

Nos domínios rurais é o tipo de família organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico, mantidas na península Ibérica através de inúmeras gerações, que prevalece como base e centro de toda a organização. Os escravos das plantações e das casas, e não somente escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do pater-famílias. Esse núcleo bem característico em tudo se comporta como seu modelo da Antiguidade, em que a própria palavra “família”, derivada de famulus, se acha estreitamente vinculada à idéia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, os liberi. (HOLANDA, 2000, p.81).

E compreender para onde este conceito de família patriarcal orienta o pensamento na obra do autor:

O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando, como já se notou acima, o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a idéia mais normal

do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família. (HOLANDA, 2000, p.82).

O conceito de família na obra de Holanda (2000) ocupa posição dialética, explicativa e crítica do modelo de Estado desenvolvido no Brasil:

A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e, portanto, deve ser rigorosamente respeitada e cumprida. (HOLANDA, 2000, p.85).

Porém é importante compreender que o Estado não é um derivado da família patriarcal na obra de Holanda (2000), mas em contrário, a “família brasileira” é um obstáculo ao desenvolvimento total do Estado. O que faz deste um conceito chave da argumentação na obra do autor, questão que surge nos dados quantitativos analisados que serão apresentados no capítulo terceiro, mas também é facilmente observada aqui pela análise qualitativa:

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve os seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX. De acordo com esses doutrinadores, o Estado e as suas instituições descenderiam em linha reta, e por simples evolução, da família. A verdade, bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade. (HOLANDA, 2000, p.141).

Com efeito, onde quer que prospere e assente em bases muito sólidas a idéia de família — e principalmente onde predomina a família de tipo patriarcal — tende a ser precária e a lutar contra fortes restrições a formação e evolução da sociedade segundo conceitos atuais. A crise de adaptação dos indivíduos ao mecanismo social é, assim, especialmente sensível no nosso tempo devido ao decisivo triunfo de certas virtudes *antifamiliares* por excelência, como o são, sem dúvida, aquelas que repousam no

espírito de iniciativa pessoal e na concorrência entre os cidadãos. (HOLANDA, 2000, p.143-144).

De modo que o conceito de “família brasileira” desenvolvido pelo autor é, portanto, uma herança dos tipos humanos partícipes da formação social brasileira –europeus ibéricos, negros e indígenas- e suas propensões morais e éticas. Por conseguinte, em suas combinações, ou seja, nas relações sociais estabelecida entre estes –principalmente nas que culminam na miscigenação– é que se estabelecem –na conjunção dos princípios destes tipos– as qualidades da família patriarcal conceituada por Holanda (2000). Família esta, de inclinações antagônicas a ascensão do Estado nos moldes europeus - “*do Norte*” (HOLANDA, 2000, p.64) - e cuja formação é expandida -do senhor aos que lhes cercam e dele dependem. Familiar que por seus mecanismos sociais desenvolvidos invade o âmbito público Estatal com sua natureza “*particularista e antipolítica*” (HOLANDA, 2000, p.82).

É interessante observar que, não advindo da aristocracia rural latifundiária, ou seja, não tendo o mesmo acesso *nato* aos espaços decisórios da oligarquia política nacional, o conceito de “família brasileira” cunhado por Holanda (2000) é crítico à organização familiar desenvolvida por estas aristocracias latifundiárias e as suas interferências no âmbito público, ou seja, no desenvolvimento de um Estado burocrático que não favorecesse os interesses pessoais de grupos específicos, mas sim, se dedicasse aos interesses gerais e impessoais da população.

A “FAMÍLIA MESTIÇA” DE CAIO PRADO

Caio Prado Jr (1998) diferencia-se dos demais autores de seu período ao buscar na produção econômica as raízes da sociedade brasileira. Por compreender que todo povo, ao ter sua história observada, demonstra a cadeia de acontecimentos que denota sentido teleológico⁴¹ de sua sociedade. Prado em sua obra busca a totalidade, destacando que a sínteses do processo histórico, suas alterações e mudanças, não devem ser desprezadas no que há de fundamental e permanente: o sentido. Prado (1998) entende que:

O sentido da evolução de um povo pode variar; acontecimentos estranhos a ele, transformações internas profundas do seu equilíbrio ou estrutura, ou mesmo ambas

⁴¹ Teleológico: orientado a uma finalidade ou objetivo. Utilizado aqui no sentido marxista do conceito.

estas circunstâncias conjuntamente, poderão intervir, desviando-o para outras vias até então ignoradas. (PRADO, 1998, p. 13)

É por isso que é pioneiro na inserção da história brasileira num contexto totalizante, ou seja, no quadro geral da história mundial. É Prado quem identifica que a colonização brasileira se distinguiu dos demais processos colonizatórios não por questões morais, mas por questões materiais: primeiro, porque há uma mudança histórica na qualidade característica do sentido da monarquia portuguesa, que do fim do século XIV até início do século XV inseria-se e articulava-se dentro do sentido geral da civilização ocidental europeia e que após muda de rumo tornando-se um país marítimo, uma grande potência colonial. Segundo, porque ao colonizar o território brasileiro suas aventuras extrativistas encontram desafios outros, distintos dos que os portugueses encontraram na Costa do Marfim ou na Índia e que os Espanhóis encontraram ao sul no Rio da Prata. A aventura extrativista no amplo território brasileiro trouxe um novo sistema de colonização que superava o extrativismo clássico das empreitadas colonizadoras. O sentido ganha novos tons, a colonização se aparta do puro sentido comercial: “*O que os colonos desta categoria têm em vista é construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não lhes são mais dadas*” (PRADO, 1998, p.21).

A formação do Brasil Contemporâneo descrita por Prado Jr. (1998, p.23) destaca que é este o cerne do sentido da história geral que atravessa e caracteriza a história da sociedade brasileira: “*É o caráter que tomará a exploração agrária nos trópicos*”. É a partir desta concepção histórica influenciada por Karl Marx⁴² que Prado (1998) estuda em profundidade o modo de produção econômica do período colonial, da produção extrativista à agrária, das artes à indústria nascente, do comércio à comunicação e transporte. Isto para compreender a organização social brasileira.

É partir disto que entende que a vida social no Brasil colônia era um aglomerado heterogêneo de raças - brancos europeus, negros africanos e indígenas do continente – e que nos dois últimos casos, as aptidões culturais destes foram sufocadas pelo eito ou pela senzala. Deste aglomerado social díspar unido apenas pelos vínculos imediatos de trabalho e produção, havia para Prado “*falta de nexo moral*”. A coesão social era, então exclusivamente advinda do vínculo violento entre escravos e senhores, o cerne central familiar fruto deste elemento principal: a escravidão. Sobre este modo produtivo Prado (1998, p.269-270) branda:

⁴² Karl Marx: Filósofo, economista, historiador, sociólogo, teórico político, jornalista e revolucionário socialista alemão.

Muito mais grave, contudo, foi a escravidão para as nascentes colônias americanas. Elas se formam neste ambiente deletério que ela determina: o trabalho servil será mesmo a trave mestra de sua estrutura. [...] Mas há outra circunstância que vem caracterizar ainda mais desfavoravelmente a escravidão moderna: é o elemento de que se teve de lançar mão para alimentá-la; Foram eles os indígenas da América e o negro africano, povos de nível cultural ínfimo, se comparada ao de seus dominadores. [...] Ao recrutamento de povos bárbaros e semibárbaros, arrancados do seu habitat natural e incluídos, sem transição numa civilização inteiramente estranha. E aí que os esperava? A escravidão no seu pior caráter, o homem reduzido à mais simples expressão, pouco, se não nada mais que o irracional ‘Instrumento vivo de trabalho’⁴³

Prado (1998) opõe-se a ideia de uma índole pacífica do brasileiro e aponta a falta de oportunidades de desenvolvimento, a violência e o trabalho produtivo e reprodutivo forçados como origens da “família brasileira”. Embora reconheça a violência e as oportunidades usurpadas dos povos não-brancos no Brasil, podemos observar que Prado (1998, p.270) recai como seus contemporâneos em uma visão racista destes povos ao escrever: “*povos de nível cultural ínfimo, comparada ao de seus dominadores*”. Prado (1998) compreende a miscigenação como técnica de dominação, e que o genocídio e etnocídio resultantes desta prática são infortúnios de um desenvolvimento histórico inevitável (MELO, 2017). Há contrassensos na interpretação da obra de Prado (1998) no que tange a raça, há os que acreditam que ele superou o pensamento racista de seu período, outros que identificam o racismo na obra como um aspecto menor dentro do quadro geral, e outros, que como eu entendo que os aspectos da análise de Caio Prado que o afasta do racismo científico do período ainda não o distancia o suficiente para que se menospreze o cunho racista presente na sua análise.

Em sua obra *A formação do Brasil Contemporâneo*, Prado (1998) ao analisar o povoamento no Brasil muito pouco fala sobre família ou o processo de miscigenação, orienta sua argumentação por análises do movimento migratório, do estabelecimento de fronteiras, e criação de povoamentos. Por meio de análise histórica do povoamento no território brasileiro e sua distribuição geográfica, conclui que o processo de interiorização do Brasil tardou a ocorrer e que por longo período o país foi povoado apenas em núcleos esparsos. Prado compreende o Brasil de seu período como síntese das movimentações do século que o antecedeu. De modo que distingue três grandes fases evolutivas do processo de povoamento: I. Ocupação inicial -da colonização até o assentamento dos colonos portugueses no território ao final do XVII; II.

⁴³ Referência ao termo de Perdígão Malheiro em “A escravidão no Brasil”, 3ª parte, p. 126.

Revolução demográfica – do início ao fim do séc. XVIII, marcada pela descoberta de minérios e cultivo da cana de açúcar; III. Latifúndios para cultivo – fim do séc. XVIII até início de XX [atualidade do autor], fim da mineração e ascensão da agricultura de algodão e café. Por toda esta parte da obra a família como conceito parece pouco relevante a argumentação do autor, não adentra suas características ou formação, restringe-se a falar sobre “reprodução” e “povoamento” como se estes fosse processos alheios as relações familiares e sexuais. Trabalha sua argumentação em termos de aumento e redução da população, onde se estabeleceram e que atividades econômicas praticavam, de onde e para onde migravam e em função de qual tipo de trabalho o faziam.

É apenas quando Prado (1998) adentra o capítulo “Raças” que a família como conceito passa a fazer parte da estrutura argumentativa do autor. Entretanto para compreender a conceituação de família do autor é preciso compreender sua análise racial da sociedade brasileira, análise pela qual afasta-se dos demais autores de sua época. Prado (1998) diferencia raça e etnia, e compreende que uma raça pode deter dentro dela diversas etnias distintas entre si:

Das três raças que entraram na constituição do Brasil duas pelo menos, os indígenas e africanos, trazem à baila problemas étnicos muito complexos. Se para os brancos ainda há uma certa homogeneidade, que no terreno puramente histórico pode ser dada como completa, o que não ocorre com os demais. Os povos que os colonizadores aqui encontraram, e mais ainda os que foram buscar na África, apresentam entre si tamanha diversidade que exigem discriminação. Debalde se quererá simplificar o problema, e como tem sido feito, no caso dos negros em particular, esquecer aquela diversidade sob pretexto que a escravidão foi um molde comum que os identificou. A distinção apontada se impõe, e se manifesta em reações muito diferentes para cada um dos vários povos africanos ou indígenas que entraram na constituição da população brasileira; diferença de reações perante o processo histórico da colonização que não pode ser ignorada. (PRADO, 1998, p.79)

Por entender que haviam diferenças entre os grupos raciais e entre as etnias que os compunham, Prado entende que diferentes grupos étnico-raciais contribuíram de maneira distinta ao povoamento do país. Ou seja, que a depender da cultura mãe, estavam mais ou menos suscetíveis a interações sociais com outros grupos, tornando-os mais propensos ou não a miscigenação. É a partir desta análise racial que é possível começar a enxergar a família e seu papel no desenrolar da teoria de Prado (1998). Sua abordagem moral diferenciada para o

período entende sobre as contribuições da miscigenação no povoamento brasileiro que: “...tais influências, boas ou más – em torno desta apreciação tem gerado discussões infundáveis e estéreis” (PRADO,1988, p.81), atendo-se apenas a questão de que fizeram parte do processo de povoamento do Brasil, principalmente como solução aos problemas encontrados no processo colonizatório:

A mestiçagem, que é signo sob o qual se forma a nação brasileira, e que constitui sem dúvida o seu traço característico mais profundo e notável foi verdadeira solução encontrada pela colonização portuguesa para o problema indígena. (PRADO, 1998, p.93)

Mesmo que o autor tenha distinguido raça e etnia e analisado as três raças extrapolando as análises baseadas na subjetividade senhorial de seus pares do período dando enfoque maior as contradições econômicas do processo de formação da nação brasileira. Prado (1998, p.99) ainda classifica indígenas entre “*selvagens*” e “*mansos*” baseado no quanto estes se aproximam das demais raças:

É isto, em suma, o que sobrava de índios selvagens no Brasil em princípios do século passado. Uma outra parte da população indígena é a dos “mansos”, como são chamados. Puros ou mais ou menos mestiçados com as outras raças, eles se distribuem por todas as capitanias. (PRADO,1998, p.99)

Entende que o contingente indígena já se encontrava “*incorporado a população da colônia [...] Em grande parte pelo cruzamento que já não encontra os obstáculos que lhe opunham os antigos diretores eclesiásticos. Mas além dos cruzamentos que vão diluindo seu sangue, o índio é aos poucos eliminado por outras causas*”; e que o contingente negro que se “*uniformiza pela escravidão sem restrições [que] desde o início de sua afluência lhe foi imposta, e que ao contrário do índio, nunca se contestou, ele entra na qualidade e só nela para formação da população*” (PRADO,1998, p.100). É por aqui que começamos a visualizar a família na descrição do autor, dado que para ele não havia uniformidade de atitudes, sentimentos, crenças ou línguas, ou seja, não havia base psicológica para formação do Brasil como nação. O conceito de raça é essencial na compreensão do conceito de “família brasileira” apresentado em Prado (1998), razão pela qual nesta pesquisa chamei a família em Prado de “família mestiça”:

É este aliás o caráter mais saliente da formação étnica do Brasil: a mestiçagem profunda das três raças que entram na sua composição. Separei-as na análise que fiz acima para poder acompanhar com mais facilidade a evolução particular de cada uma.

Mas é juntas que devem figurar; juntas e mesclando-se sem limite, numa orgia de sexualismo desenfreado que faria da população brasileira um dos mais variados conjuntos étnicos que a humanidade jamais conheceu. [...]

A mestiçagem signo sob o qual se formou a etnia brasileira resulta da excepcional capacidade do português em se cruzar com outras raças. [...] (PRADO, 1998, p.102)

Entendia ainda que, no âmbito familiar, os colonizadores deixavam suas esposas do outro lado do mar e usavam das mulheres indígenas e negras como amantes e concubinas pela “*falta de mulheres brancas*” denotando a irregularidade familiar da colônia, cuja família monogâmica ideal só era raramente encontrada na casa grande (PRADO, 1998, p.103). Para o autor a casa grande era uma escola de vícios e promiscuidade com escravas, sempre em desacordo com os valores da família cristã. Desacordo este, aprofundado pela interiorização que tornava difícil o acesso de padres para sacralização do matrimônio e a negação dos religiosos de realizarem tal procedimento para com casais de diferentes raças ou classes sociais.

Assim, a família brasileira na sociologia de Prado Jr (1998) é miscigenada, fruto dos vínculos entre escravos e senhores, incorre em desenfreados sexualismos que a religião colonial é incapaz de frear. Desse modo, é composta não só por homem e mulher (brancos de classe abastada), mas também por uma gama de concubinas (sejam estas escravas ou filhas dos colonos da classe trabalhadora) em razão dos “*hábitos amorais dos senhores*”, desenvolvidos na incorporação apressada entre as raças e culturas distintas entre si:

A mestiçagem brasileira é antes de tudo uma resultante do problema sexual da raça dominante [referente a “*falta de mulheres brancas*” - Prado. 1998, p.103], e tem por centro o colono branco. Neste cenário em que três raças, uma dominadora e duas dominadas, estão em contacto, tudo naturalmente se dispõe ao sabor da primeira, no terreno econômico e no social e em consequência, no das relações sexuais também. (PRADO, 1998, p.105, grifo meu)

Prado (1998) aponta a miscigenação como parte integrante do processo de dominação colonial, de submissão das pessoas negras submetidas a escravidão e da aculturação e genocídio dos povos indígenas. Aponta ainda que o violento processo de colonização e o trabalho imposto, forçado e não consentido à negros e indígenas, se contrapunha ao ócio dos senhores e auxiliava a construção da imagem do brasileiro como preguiçoso por natureza (PRADO, 1998). Mas que esta submissão forçada não se restringe ao âmbito do trabalho produtivo e alcança a esfera do trabalho reprodutivo e da reprodução sexual. A família brasileira na obra de Prado (1998) é mestiça, fruto do processo colonizatório singular desenvolvido no Brasil, onde:

O paralelismo das escalas cromática e social faz do branco e da pureza de raça um ideal que exerce importante função na evolução étnica brasileira; ao lado das circunstâncias assinaladas mais acima, êle tem um grande papel na orientação dos cruzamentos reforçando a posição e o prestígio de procriador branco. Dirige a seleção sexual no sentido do branqueamento. Um fato bem sintomático de um tal estado de coisas é a preocupação generalizada de “limpar o sangue”, como se chamava aquela acentuação do influxo branco. (PRADO, 1998, p.105)

Prado (1998) reconhece o papel da miscigenação na formação da família brasileira e o papel desta nos processos de formação da sociedade brasileira, especialmente no que tange ao ideal de branqueamento racial existente dentro desta sociedade. Ao mesmo tempo que condena os hábitos culturais que culminam nesta família expandida monogâmica perante a religião e poligâmica na prática sexual social. A família brasileira constituinte da organização agrária no Brasil Colônia é na obra de Prado Jr (1998) expressão da “*unidade produtora*” constituída por três elementos: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Principal base sobre qual assenta-se toda estrutura econômica e social do país no período.

Prado, nitidamente realiza um movimento consciente de afastamento do pensamento racial consolidado na subjetividade de sua classe de pertença: a aristocracia rural. Tenta, de maneira expressiva afastar-se de uma análise moral, tentativa, em minha opinião, mal sucedida, visto que, inferências de sua moral católica e da concepção familiar e racial da Igreja podem serem ainda observadas ao longo de sua obra. Ainda que a família não seja o conceito mais relevante nesta obra deste autor, aparece como conceito secundário importante tanto na análise quantitativa quanto pela análise qualitativa, especialmente a partir da segunda metade da obra.

AS FAMÍLIAS DO BRASIL

Neste capítulo foi possível por meio do escrutínio das obras selecionadas – [1] *Evolução do povo brasileiro* de Oliveira Vianna; [2] *Casa-grande e senzala* de Gilberto Freyre; [3] *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda; e [4] *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Jr – compreender como são expressos os conceitos de família em cada um dos referidos autores. A observação atenta do desenvolver dos conceitos de família em cada obra autoral torna exequível a análise desta em contraponto as histórias e formação social de cada um dos autores estudados. Assim como possibilita o trabalho comparativo e de sistematização que está apresentado no capítulo a seguir. Em princípio o que é possível afirmar é que as produções possuem significados distintos no conceituar da família brasileira, significados implicados

pelos métodos de cada autor, mas também pelas suas histórias. É sobre tais aspectos que irá tratar o próximo capítulo.

CAPITULO 3 - AS FAMÍLIAS NOS CLASSICOS BRASILEIROS

O conceito de “família brasileira” é um campo de disputas entre os clássicos da sociologia brasileira. A partir desse conceito é possível observar as diferenças epistêmicas e as distintas experiências históricas e acadêmicas dos autores em questão nesse estudo: Oliveira Vianna; Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior.

Iniciamos esta pesquisa observando a relação da história biográfica dos autores estudados entre si e com os movimentos da história brasileira. O fizemos pois, Vianna, Freyre, Holanda e Prado não escreveram no vácuo, suas obras sobre a sociedade brasileira estão inseridas no contexto político-cultural do Brasil da primeira metade do século XX. Período histórico de grandes mudanças sociais, políticas e econômicas, conturbado e marcado pelos IMPACTOS DA Abolição da Escravatura, , modernização e urbanização das cidades, revoltas populares e disputas pela manutenção ou dissolução da dominação oligárquica, Revolução de 30, regime ditatorial de Vargas, e tudo isto em meio a duas Grandes Guerras Mundiais.

O que aponto aqui é que estas obras foram desenvolvidas em meio ao ordenamento de uma nova realidade social, política e econômica e foram influenciadas por isso, ao mesmo tempo que os autores estavam inseridos e disputavam no campo intelectual e político por meio de suas análises sobre a formação da sociedade brasileira o próprio processo formativo desta. Vianna escreveu *Evolução do Povo Brasileiro* na década de 1920 em introdução ao recenseamento nacional e publicou sua obra em 1922. Freyre escreveu, inicialmente com o título *Vida sexual e de família no Brasil escravocrata*, em 1932 logo após retornar ao Brasil e o publicou com o título *Casa Grande e Senzala* em 1933; Holanda escreveu *Raízes do Brasil* e publicou em 1936, mesmo ano que foi nomeado professor na Universidade do Rio de Janeiro; Prado escreveu *A Formação do Brasil* após ter conhecido da URSS e estando ainda afiliado ao PCB embora com divergências, ensaio publicado em 1942.

Destaco isto, para que possamos analisar as similaridades e distinções entre os ensaios destes autores por uma perspectiva histórica que não aparte os autores de suas obras nem do universo no qual estes estavam inseridos. Neste terceiro capítulo iremos costurar os dados obtidos no capítulo primeiro e segundo desta pesquisa, buscando compreender como e o que disputaram estes autores quando por meio de seus trabalhos mobilizaram o conceito de “família brasileira”. Analisaremos aqui os dados anteriormente apresentados de forma crítica, costurando vida, história, epistemologia e metodologia para que possamos comparar e sistematizar em quadros as informações pertinentes sobre os autores – dados pessoais,

trajetórias, influências teórico-políticas, conceituação e importância do termo “família” em suas obras. Isto para que possamos visualizar suas similaridades e distinções e compreender o que disputavam por meio de suas obras.

Para que possamos comparar as diferentes ênfases e perspectivas dos autores, bem como para auxiliar, de modo pedagógico, na compreensão dessas diferenças, organizei os quadros a seguir:

QUADRO 01 – Oliveira Vianna

| AUTOR | BIOGRAFIA | | CONCEITO DE FAMÍLIA | Nº /PALAVRAS | | IMPORTÂNCIA DO CONCEITO NA OBRA DO AUTOR |
|--|-----------------|---|--|--------------|----|---|
| <p style="text-align: center;">OLIVEIRA VIANNA</p> <p style="text-align: center;"><i>Francisco José de Oliveira Vianna</i> 1883-1951</p> | Sexo | masculino | <p>Família eugênica: A família tem função de ferramenta de branqueamento da sociedade brasileira. É estruturada em princípio na relação interracial, visando a “evolução social” de modo a, por fim, produzir o ideal familiar do autor: uma família “pura por seleção”, ou seja, branca não por “sangue puro”, mas pelo consecutivo processo de branqueamento por procriação interracial.</p> | Família | 17 | <p>A família, enquanto conceito imediato é pouco utilizada pelo autor, o termo família aparece diretamente de forma esparsa e usualmente ligado as análises sobre latifúndio e clã rural. Porém é constantemente implicado e convocado pela argumentação deste ao falar sobre miscigenação. Ainda que não seja citado de forma objetiva com grande frequência, o conceito resta implícito de maneira latente ao longo de todo desenvolvimento da argumentação da obra. É possível questionar ainda, se a pouca utilização do termo “família” não é proposital, e de implicação moral, dado que o autor tem forte referencial católico conservador e eugênico, de modo que é possível questionar se este considerava família apenas as uniões puras “por seleção” ou “sangue” e as demais uniões como apenas conjunções necessárias ao desenvolvimento social do país.</p> |
| | Cor | Branco | | Famílias | 13 | |
| | Religião | Católico conservador | | Pai | 0 | |
| | Classe | Aristocracia Rural | | Pais | 0 | |
| | Origem | 1883- Nasceu em Saquarema - RJ 1900 – Estudo no colégio Pedro II 1905 – Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais 1916 - Professor de Direito Criminal 1924 – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IBGE) 1930 – Consultor do Estado Novo 1951 – Morreu em Niterói, RJ | | Mãe | 2 | |
| | | | | Mães | 0 | |
| | | | | Filho | 2 | |
| | | | | Filhos | 0 | |
| Filha Filhas | | | 0 0 | | | |
| Total: | 34 | | | | | |

| AUTOR | Orientação Política | PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS | | ATUAÇÃO POLÍTICA |
|---|---|--|-----------------------------------|--|
| <p>OLIVEIRA VIANNA</p> <p><i>Francisco José de Oliveira Vianna</i></p> <p>1883-1951</p> | Direita conservadora; crítico ao liberalismo | Ideia | Influenciador/Teórico | <p>1926 - Diretor do Instituto de Fomento do Estado e Membro do Conselho Consultivo do Estado do RJ</p> <p>1930, Estado Novo</p> <p>1930 - Consultor do Ministério do Trabalho</p> <p>1931 - Membro da Comissão Especial nomeada para rever a Nova Constituição</p> <p>1939 - Membro da Comissão Revisora de Leis do Ministério da Justiça</p> <p>1939 - Ministro do Tribunal de Contas da União</p> |
| | | Abolicionismo | Joaquim Nabuco | |
| | | Heterogêneo inicial | Gabriel de Tarde | |
| | | Catolicismo social | Pierre-Guillaume-Frédéric Le Play | |
| | | Intervenção moral no grupo familiar, intervenções para reforçar o orçamento familiar | | |
| | | Clã | Gaston Bachelard | |
| | | Historicismo positivista | Fustel de Coullanges | |
| | | Superioridade racial | Georges Vacher de Lapouge | |
| | | Geografia social | Edmond Demolins e | |
| | | Superioridade anglo-saxã | Henri de Tourville | |
| | | Estado | Alberto Torres | |
| | | | | |

Fonte: autoria própria

QUADRO 02 - Gilberto Freyre

| AUTOR | BIOGRAFIA | | CONCEITO DE FAMÍLIA | Nº /PALAVRAS | | IMPORTÂNCIA DO CONCEITO NA OBRA DO AUTOR |
|---|-----------------|--|---|--------------|-----|--|
| <p style="text-align: center;">GILBERTO FREYRE</p> <p style="text-align: center;"><i>Gilberto de Mello Freyre</i> 1900 - 1987</p> | Sexo | masculino | <p>Família Colonial:</p> <p>A família tem função de ferramenta de unidade colonizadora que modela a ação política, econômica e social. Podendo ou não ser estruturada na relação interracial. A família é entendida como contemporização de duas tendências: a imposição “<i>da raça mais adiantada à mais atrasada</i>” e adaptação do tipo aventureiro às novas condições de vida e ambiente. A miscigenação na família colonial é justificada pelo autor pela escassez de mulheres brancas no Brasil colonial.</p> | Família | 227 | <p>O conceito de família na obra “Casa-grande e senzala” é um conceito chave ao desenvolvimento da teoria do autor. O qual desenvolve uma análise de influência culturalista observando os aspectos das relações familiares e sexuais na sociedade brasileira colonial</p> |
| | Cor | branco | | Famílias | 90 | |
| | Religião | protestante batista/ católico romano | | Pai | 61 | |
| | Classe | Aristocracia urbana e rural | | Pais | 118 | |
| | Origem | <p>1900 -Nasceu em Recife- PE</p> <p>1908-1917 – Colégio Americano no Recife</p> <p>1920 – Mudou para os Estados Unidos Faculdade Kentucky</p> <p>Mestrado Colombia</p> <p>1922 – Mudou para França, viajou para Inglaterra, Alemanha e Portugal</p> <p>1924 – Retorna ao Brasil, professor e jornalista em PE</p> <p>1930 – Exílio voluntário em Paris - FR</p> <p>1931 – Leciona em Standford USA</p> <p>1935-1937 – Leciona na Universidade de Brasília</p> <p>1937 – Volta a viajar pela Europa, Leciona na Columbia USA.</p> <p>1937-1957 – Consultor do Patrimônio Nacional</p> <p>1957 – Diretor do Centro de Pesquisas Educacionais do Nordeste</p> <p>1986 – Academia Pernambucana de Letras</p> <p>1987 – Morreu em Recife -PE</p> | | Mãe | 68 | |
| Mães | 53 | Filho | 110 | | | |
| Filhos | 149 | Filha | 32 | | | |
| Filhas | 32 | Total: | 940 | | | |

| AUTOR | Orientação Política | PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS | | ATUAÇÃO POLÍTICA |
|--|--------------------------------|--|----------------------|---|
| <p style="text-align: center;">GILBERTO FREYRE</p> <p style="text-align: center;"><i>Gilberto de Mello Freyre 1900 - 1987</i></p> | Direita - conservador | Ideia | Influenciador | <p>1928 – Chefe de Gabinete do Governador Estácio Coimbra</p> <p>1930 – Governador Estácio deposto, Freyre opta pelo exílio junto a ele em Paris</p> <p>1942 – Realiza Missão pela ditadura Vargasista no Uruguai, Paraguai e Argentina</p> <p>1945 – Fundada a UDN (União Democrática Nacional)</p> <p>1946-1950 – Deputado pela UDN</p> <p>1964-1987 - Apoiou a ditadura empresarial- militar</p> |
| | | Relativismo cultural | Frantz Boas | |
| | | Tipo social | Max Weber | |
| | | Dominação material | | |
| | | Formação patriarcal | | |

Fonte: autoria própria

QUADRO 03 – Sérgio Buarque de Holanda

| AUTOR | BIOGRAFIA | | CONCEITO DE FAMÍLIA | Nº /PALAVRAS | | IMPORTÂNCIA DO CONCEITO NA OBRA DO AUTOR |
|--|-----------------|--|--|--------------|----|---|
| <p style="text-align: center;">SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA</p> <p style="text-align: center;"><i>Sérgio Buarque de Holanda</i> 1902-1982</p> | Sexo | masculino | <p>Família patriarcal:</p> <p>A família é empecilho ao desenvolvimento do Estado. É estruturada na relação da aristocracia rural latifundiária, família estendida que compreende os senhores e todos sobre seu domínio; e que invade o âmbito público Estatal com suas relações amistosas e trocas de favores. A família patriarcal é raiz da ‘anarquia’ do Estado e da sociedade brasileira, cerne da reprodução do tipo aventureiro e passional, um entrave ao avanço social, a tentativa de reproduzir no Brasil a sociedade europeia (não ibérica), resultado da colonização portuguesa e espanhola na sociedade brasileira.</p> | Família | 35 | <p>O conceito família é fundamental a obra do autor, ainda que não seja o conceito principal, pois ocupa posição dialética, explicativa e crítica do modelo de Estado desenvolvido no Brasil.</p> <p>A família ocupa na teoria deste, posição antagônica ao Estado e é invocada consecutivamente e explicada em profundidade ao longo de toda obra.</p> |
| | Cor | branco | | Famílias | 16 | |
| | Religião | católico | | Pai | 6 | |
| | Classe | burguesia comercial | | Pais | 18 | |
| | Origem | 1902 – Nasce em São Paulo, SP | | Mãe | 4 | |
| | | 1921 – Mudou-se ao Rio de Janeiro, RJ. Onde cursou Direito. Trabalhou como jornalista, | | Mães | 3 | |
| | | comentarista crítico literário e editor. | | Filho | 9 | |
| | | 1929- 1931 morou a trabalho em Berlim, Alemanha. | | Filhos | 20 | |
| | | 1936 – casou com Maria Amélia | | Filha | 4 | |
| | | 1936 –1939 lecionou na Universidade do RJ | | Filhas | 0 | |
| 1957 – 1969 lecionou na USP | Total: | 115 | | | | |
| 1980 – Fundou o PT | | | | | | |
| 1982 – Morreu em São Paulo, SP | | | | | | |

| AUTOR | Orientação Política | PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS | | ATUAÇÃO POLÍTICA |
|---|----------------------------|---|--------------------------|--|
| <p style="text-align: center;">SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA</p> <p style="text-align: center;"><i>Sérgio Buarque de Hollanda</i> 1902-1982</p> | Democrático -popular | Ideia | Influenciador | <p>1939 - Fechamento da Universidade do Rio de Janeiro pela repressão da ditadura de Vargas;</p> <p>1969 – Pediu aposentadoria da USP em protesto as perseguições da ditadura empresarial-militar.</p> <p>1980 - Fundou o PT</p> |
| | | Ação social | Max Weber | |
| | | Burocracia | | |
| | | Dominação tradicional | | |
| | | Dominação formal | | |
| | | Tipo social | | |
| | | Ética | | |
| | | Moral | | |
| | | patrimonialismo | | |
| | | Dialética | Georg W. Friedrich Hegel | |
| | | Materialismo histórico | Karl Marx | |
| | | Homem cordial | Riberio Couto | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

Fonte: Autoria Própria

QUADRO 04 -Caio Prado Jr.

| AUTOR | BIOGRAFIA | | CONCEITO DE FAMÍLIA | Nº /PALAVRAS | | IMPORTÂNCIA DO CONCEITO NA OBRA DO AUTOR |
|---|-----------------|---|--|--------------|----|---|
| CAIO PRADO JR <i>Caio da Silva Prado Junior</i> 1907-1990 | Sexo | masculino | Família mestiça: A família é expressão da “unidade produtora” colonial, base sobre qual assenta-se toda estrutura econômica e social do país no período. É expressão da dominação colonial de brancos sobre negras e indígenas na exploração do trabalho sexual e reprodutivo. É assim, mestiça, porém, cujo ideal social é por meio da pratica da miscigenação reforçar a posição e prestígio do procriador branco e efetivar seleção sexual no sentido do branqueamento social. | Família | 38 | A família brasileira não é o conceito mais relevante na argumentação do autor, mas aparece como conceito secundário importante tanto na análise quantitativa quanto pela análise qualitativa, especialmente a partir da segunda metade da obra. É conceito latente na análise das relações raciais e expressivo da “unidade produtora” observada pelo autor no Brasil colonial. |
| | Cor | branco | | Famílias | 4 | |
| | Religião | Católico – jesuíta | | Pai | 5 | |
| | Classe | Aristocracia Rural | | Pais | 9 | |
| | Origem | 1907 – Nasceu em São Paulo -SP 1924-1928 – Faculdade de Direito do Largo de São Francisco 1929- Casou com Hermínia (Yolanda + Caio) 1934 – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas -USP 1942 – Casou com Maria Helena (Roberto) 1943 – Revista Hoje; Gráfica Urupês e Editora Brasiliense 1947 – Casou com Maria Cecília 1954 – Tentou lecionar na USP 1955 – Revista Brasiliense 1964 – Extinta a Revista Brasiliense e perseguida a Editora 1968 –1970 Chile 1990 -Faleceu em São Paulo, SP. | | Mãe | 3 | |
| | | Mães | 0 | | | |
| | | Filho | 4 | | | |
| | | Filhos | 0 | | | |
| | | Filha | 0 | | | |
| | | Filhas | 0 | | | |
| | | Total: | 63 | | | |

| AUTOR | ORIENTAÇÃO POLÍTICA | PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS POLÍTICAS E TEÓRICAS | | ATUAÇÃO POLÍTICA |
|---|------------------------------------|---|----------------------|--|
| CAIO PRADO JR <i>Caio da Silva Prado Junior 1907-1990</i> | Esquerda Marxista- Leninista | Ideia | Influenciador | 1928 PD – Partido Democrático 1931 PCB – Partido Comunista do Brasil 1935 ANL – Aliança Nacional Libertadora 1935-1937 – Preso político 1937 – Exílio na França 1937 PCF – Partido Comunista Frances 1939 PCB – Partido Comunista do Brasil 1945 – Concorreu a Deputado Estadual – SP 1945 – Auxiliou na fundação da UDN 1947 – Deputado Federal – SP 1964 – Perseguição política a revista e editora da Prado 1968 – Exílio no Chile 1970 – Retorno ao Brasil 1971 – Absolvição |
| | | Luta de classes | Karl Marx | |
| | | Classes sociais | | |
| | | Modo de produção | | |
| | | Materialismo histórico dialético | | |
| | | Revolução social | Vladimir Lenin | |
| | | Socialismo em um só país | Nicolai Bukharim | |
| | | Escravo “ <i>instrumento vivo de trabalho</i> ” | Peridgão Malheiro | |
| | | Materialismo histórico | Nicolai Bukharim | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

Fonte: autoria própria

CERZIR ENTRE VIDAS E OBRAS

Ainda na introdução, justifiquei a escolha dos quatro autores – Vianna, Freyre, Holanda e Prado Jr. – não só pela relevância teórica dos autores, mas porque ainda que escritas há cerca de um século, suas obras seguem tendo relevância ao cenário político atual, especialmente no que se refere ao emprego do termo “família brasileira” nas disputas político-morais que permearam os processos eleitorais de 2018 e 2022. Estes quatro autores, considerados clássicos aos estudos das ciências sociais no Brasil, têm sido invocados por teóricos e políticos que a partir de suas obras e conceitos disputaram e disputam entre si o futuro do país, como eles mesmos o fizeram. É notório que estes autores e suas obras foram desenvolvidas em meio ao ordenamento de uma nova realidade social, política e econômica. E como observamos no capítulo primeiro eles participaram aproximando-se e/ou afastando-se uns dos outros na teoria e na prática do nascer teórico-ideológico da República Brasileira.

Vianna (1883-1951) que nasceu antes da República e da Abolição da Escravatura, foi também primeiro destes a publicar ensaios sobre a sociedade brasileira. O fluminense de Saquarema, nascido no “berço do conservadorismo”, branco e filho da aristocracia rural, nasceu e cresceu senhor em fazenda com trabalho escravo. Não é difícil compreender as razões pelas quais ele apresenta em sua obra de maneira similar e difusa os conceitos de raça, etnia e cultura, e faz o mesmo com as noções de hereditariedade e família. Ainda que a raiz teórica reste sob a influência das obras de Lapouge e Le Play, bem como no acesso ainda jovem as teorias darwinistas e evolucionistas (TORRES, 1956)

Já Freyre (1900-1987), embora nascido em condições similares, senhor pertencente a aristocracia rural e urbana pernambucana (CHACON,1993) se afasta desta perspectiva de Oliveira Vianna (1938). O faz pois teve acesso a educação ímpar nos Estados Unidos e foi inspirado pelo culturalismo de Franz Boas em primeira mão enquanto estudava em Columbia University, de modo que se tornou opositor as teorias evolucionistas e ao racismo científico após presenciar de perto as atrocidades cotidianas das ações do grupo racista KKK em território norte-americano. Em virtude disto, em sua obra Freyre reconhece de maneira mais explícita e bem delimitada a diferença entre os conceitos de raça e cultura, bem como de raça, hereditariedade e família (FREYRE, 2003). Entretanto estas experiências também fazem com que Freyre tenda a subestimar a violência entre raças quando se trata de seu país natal. Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), ainda que sem as mesmas oportunidades educacionais internacionais (COSTA,2014), coincide com Freyre (2003) no que tange a contraposição ao

evolucionismo presente na obra de Vianna (1938), o faz também sob influência da antropologia de Frantz Boas e da sociologia de Max Weber.

Os quatro autores -Vianna, Freyre, Holanda e Prado Jr. – identificam que negros e indígenas desempenharam papel importante na constituição da sociedade brasileira, mas o fazem por perspectivas e com interpretações completamente distintas. Ainda que todos eles identifiquem as raças em miscigenação no centro da formação social brasileira, compreendem estas relações interracialis de forma completamente distintas.

Freyre (2003), assim como Vianna (1938) compreende que a miscigenação é fator determinante da formação social do Brasil, eles convergem quanto na interpretação positiva do processo, mas enquanto Vianna (1938) vê a miscigenação como positiva porque a entende como ferramenta de branqueamento da sociedade brasileira que levará a desejada “*evolução aryanna*”; Freyre (2003) vê o processo de miscigenação como positivo, pois o entende como um borrar das fronteiras sociais de raça e classe aproximando casa-grande e senzala.

Freyre (2003, p.16) distingue-se ainda de Vianna (1938) ao entender que as relações entre as raças “*foram desde a primeira metade do século XVI condicionadas, de um lado pelo sistema de produção econômica - a monocultura latifundiária; do outro, pela escassez de mulheres brancas, entre os conquistadores.*”. Compreensão freyriana sobre a qual aproxima-se Prado Jr. (1998, p.103) ao dizer que “*a falta de mulheres brancas sempre foi um problema de toda colonização européia em territórios ultramarinos...*”. Contudo, Freyre (2003, p.16), diferente de Prado Jr, compreende que a relação “*entre vencedores e vencidos, senhores e escravos*” produziria desde início do século XVI, uma relação de “superiores” com “inferiores”, mas que: “*A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala.*” (FREYRE, 2003, p.16). Freyre (2003) contrapõe-se a perspectiva de Vianna (1938), não por compreender os negros e indígenas como iguais aos brancos, mas por entender que a eugenia sugerida por Vianna não eliminaria condições sociais responsáveis pela miséria do proletariado.

Buarque (2000) opõe-se à Vianna (1938) e se afasta de Freyre (2003) na influência metodológica da dialética Hegeliana e na compreensão do legado português e da relação entre raças. Enquanto para Vianna (1938) a miscigenação evolui a sociedade brasileira pelo clareamento e ao Freyre (2003) a miscigenação ameniza as desigualdades sociais entre as raças, para Buarque a concepção dos portugueses como benfeitores e da mestiçagem como apaziguadora das distinções sociais é incabível. Buarque de Holanda (2000) distingue-se ainda

de Vianna (1938) e Freyre (2003) por compreender que há uma oposição entre Estado (liberal) e família (patriarcal). Em contraponto a compreensão de Vianna (1938) que entendia as falhas do Estado como reflexo do caráter biológico das raças brasileiras e a compreensão de Freyre (2003) que entendia o Estado como mesclado a organização familiar e um reflexo desta.

Prado (1998) diferencia-se dos demais por influência e método, pioneiro da análise marxiana no Brasil, este destaca o papel da produção econômica como principal influência sobre a estrutura social brasileira. Também se contrapõe aos demais em sua leitura racial, por entender que o Brasil era um aglomerado heterogêneo de raças onde os brancos europeus, os negros africanos e os indígenas do continente restavam unidos apenas pelos vínculos imediatos do trabalho e da produção. Prado faz análise racial pela qual afasta-se dos demais autores, pois diferencia raça e etnia, e compreende que uma raça pode deter dentro dela diversas etnias distintas entre si. Prado (1988) diferenciava-se ainda mais de Vianna (1938), Freyre (2003) e Holanda (2000), pois invés de atribuir as raças negras e indígenas defeitos morais inerentes, entendia que estas tiveram suas aptidões culturais sufocadas e reprimidas impedindo seu pleno desenvolvimento pela exploração colonial.

Prado (1907-1990), filho e neto de grandes aristocratas rurais (Acervo histórico, s/a)⁴⁴, parece fazer um esforço consciente em sentido oposto ao congênito. Porém, este ainda faz usos de vocabulário racista “*sobretudo quando se refere a africanos e ameríndios como ‘raças inferiores’*” (MELO, 2020, p.3). Prado aproxima-se das leituras raciais dos demais autores ao descrever os povos não-brancos como “*povos de nível cultural ínfimo, comparada ao de seus dominadores*” (PRADO, 1998, p.270). Entretanto, ele distingue-se da abordagem moral dos demais autores sobre a miscigenação, pois entende que: “*...tais influências, boas ou más – em torno desta apreciação tem gerado discussões infundáveis e estéreis*” (PRADO, 1998, p.81).

Não obstante, Prado Jr (1998) embora tente evitar acaba por tangenciar as compreensões morais dos demais autores ao atribuir a falta de coesão social brasileira a “*falta de nexo moral*” entre as raças residentes no território. A relação entre atributos morais e raça, aparece em Vianna, Freyre e Holanda, ainda que de maneira distinta. Enquanto Vianna (1938) entende a moral como intrínseca de uma raça e desenvolvida biologicamente por meio da adaptação evolutiva desta em dadas circunstâncias geográficas. Freyre (2003) e Buarque (2000)

⁴⁴ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Divisão de Acervo Historiográfico. Perfil Biográfico: Caio Prado Junior. s/a. Disponível em: <<https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/exposicoes/parlamentares-paulistas/caio-prado-junior/perfil-biografico/>> Acesso em: 08-09-2023

relacionam atributos morais a tipos sociais desenvolvidos culturalmente em uma dada sociedade.

Buarque (2000) em sua obra *Raízes do Brasil* apresenta ambiguidades políticas em suas posições, ambiguidade esta que Antônio Candido⁴⁵ tentou dissipar no prefácio a 2ª edição, almejando fazer do livro em “*um pioneiro do radicalismo democrático*” (WAIZBORT, p.40). Questão polemizada até hoje por autores como Waizbort (2011) e Mata (2016) que debatem se há ou não uma distorção na interpretação dos posicionamentos políticos de Buarque de Holanda em suas obras ou se buscam nos textos de um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) mais do que ele mesmo apontou.

Ademais, Freyre (2003) afasta-se da concepção materialista de Prado (1998), pois ainda que admita que a produção econômica possui influência relevante, entende que está nem sempre é preponderante sobre a estrutura social e a “*caracterização da sua fisionomia moral*”. Ele é influenciado, pela sociologia clássica de Weber em sua análise sobre a moral, ainda que rejeitando a ideia de “desenvolvimento social” weberiana em razão da influência da antropologia culturalista de Boas, Freyre (2003) busca na cultura explicações as características da sociedade brasileira (MOTTA, 2007).

Diferente de Freyre (2003) e Buarque (2000) e suas elocubrações sobre os tipos aventureiros, Caio Prado Jr (1998) opõe-se a ideia de uma índole pacífica do brasileiro e aponta a falta de oportunidades de desenvolvimento, a violência e o trabalho produtivo e reprodutivo forçados como origens da “família brasileira”. Atribui ainda ao trabalho imposto e não consentido de negros e indígenas, contraposto ao ócio dos senhores a construção da imagem do brasileiro como preguiçoso por natureza (PRADO, 1998). Ainda assim, Prado (1998) e Holanda (2000) se aproximam pela compreensão de que a miscigenação tem origem no abuso sexual imposto as mulheres não-brancas e as relações sexuais interracialis. Mas é com Freyre (2000, p.16) que Prado (1998, p.103) acaba por concordar ao justificar este abuso na “escassez de mulheres brancas”.

É relevante observar que os autores dialogam entre si, não só por meio dos ensaios, tendo os estudos posteriormente escritos inspiração e contrapontos aos primeiros, mas também dialogavam em vida e ao longo de suas histórias. Conheciam uns aos outros, seja por amigos em comum como o caso de Monteiro Lobato que conhecia todos eles, ou por publicarem nas mesmas editoras, como no caso da Editora Brasiliense de Lobato e Prado Jr. -como foi o caso

⁴⁵ Antônio Candido - sociólogo, crítico literário e professor universitário brasileiro filiado ao PT.

de Sérgio Buarque. Ou ainda porque pertenciam a uma aristocracia rural em declínio e ensimesmada - como era o caso de Vianna, Freyre e Prado Jr- que se convertia por seus privilégios educacionais e econômicos em oligarquia de massiva influência teórica e política sobre os assuntos do país, a qual Buarque acabou por ascender por meio dos estudos por pertencer a pequena burguesia de contatos influentes. Embora os autores partam de compreensões epistemológicas e metodológicas distintas, os quatro compartilham um meio cultural e ideológico ao longo de suas vidas, meio este que influencia axiologicamente suas pesquisas. Assim, podemos encontrar não apenas distinções, mas também similitudes e afinidades nas compreensões elaboradas por estes.

Hanna (2003, p.303), por exemplo, observou que Prado Jr. e Vianna aproximam-se e distanciam-se em suas obras ao proporem “*projetos político nacionalistas destinados a promover a modernização brasileira sendo que, cada projeto e interpretação histórica dos referidos autores, estão orientados por distintas perspectivas teóricas e políticas (portanto também práticas)*”. Observa ainda que no que tange a historiografia Prado e Vianna dispõem de linha mestra em suas leituras “*...em que a tônica está centrada em uma perspectiva dicotômica, quer dizer, o primeiro representa a modernização da historiografia e o segundo o que há de obsoleto devido entre outros elementos, por Caio Prado superar a leitura ideologizada da história do Brasil – como vinha sendo feita por Oliveira Vianna...*” (HANNA, 2003, p.303). Identifica ainda, que “*Caio Prado e Oliveira Vianna estão, quando surgem no cenário político-cultural nos anos de 1920, engajados na solução do “problema nacional”*” (idem, p.304). Entretanto:

...para Oliveira Vianna a modernização brasileira tinha como conteúdo central a criação da nação, isto é, era necessário superar o espírito de clã – o oposto da consciência nacional – e consolidar a consciência nacional no povo-massa e na elite através de um Estado (e de um chefe de Estado) autoritário e centralizador, como o que ele ajudou a montar enquanto consultor jurídico do Ministério do Trabalho do governo de Getúlio Vargas, entre 1932 e 1940. (HANNA, 2003, p.305)

Perspectiva distante e inconciliável com a de Prado, cuja perspectiva visa “*superar a situação colônia (produção para o mercado externo) e consolidar a situação nacional (desenvolver o mercado interno)*” (idem, p.304). Ainda assim os dois autores parecem compartilhar uma mesma percepção “*a respeito do caráter precário da Independência brasileira*” (ibidem, p.305). Ainda que o façam por razões diferentes:

...para Caio Prado, o fato dela não ter alterado a estrutura econômico-social originária do período colonial e pela quase nula inserção das camadas populares na vida política brasileira e, para Oliveira Vianna, por não ter sido desenvolvido o espírito de pertencimento a uma nação, o que permitiu, com efeito, prevalecer o sentimento de clã (localista e regionalista). (HANNA, 2003, p.305)

De mesmo modo, é possível observar que Freyre (2003) e Buarque (2000) embora não escrevam com propósitos tão explicitamente relacionados à um projeto político também disputam com suas obras uma dada concepção da nação brasileira. Ainda que ambos utilizem categorias weberianas e sejam inspirados pela perspectiva culturalista de Boas, estes o fazem de maneiras distintas e com interesses contrapostos. Enquanto Freyre (2003) desenvolve em sua obra uma axiologia mais conservadora aproximando-se de Vianna (1938) quanto ao objetivo de “criação da nação”, de maior influência culturalista procura algo em comum entre as raças que povoam o país e vê na miscigenação a possibilidade de efetivação de uma cultura e uma identidade brasileira. Já Buarque (2003), o único dos autores que não nasceu parte integrante da aristocracia latifundiária, caminha sob perspectiva mais racionalista do que culturalista, buscando ao longo de sua obra as possibilidades de criação de um Estado liberal em contraposição a oligarquia latifundiária que dominava o Estado no período.

Além disto, e em razão de todo o acima exposto, é possível observar que todos os autores possuem perspectivas raciais inaceitáveis aos parâmetros contemporâneos, ainda que em maior ou menor grau. Vianna (1938), cuja obra possui caráter inegavelmente eugenista e foi inspiração para o Movimento Integralista da década de 1930 e para outros depois destes (GONÇALVES; NETO, 2020) observa negros e indígenas como um problema evolutivo, cuja solução é o apagamento. Perspectiva que é difícil não conectar à sua origem e trajetória pessoal. O mesmo ocorre com Freyre (2003) que argumenta em favor da miscigenação relativizando a violência colonial e apostando nela como solução as desigualdades sociais e econômicas entre as raças no Brasil. Buarque (2000) como seus antecessores atribui aos negros e indígenas características pejorativas, mas o faz também aos brancos ibéricos, pois entende que as principais raças no Brasil, por seus tipos, culminam em organização social incompatível com a ascensão do Estado liberal que percebe como ideal. Prado tenta afastar-se sem sucesso destas perspectivas, pois acaba por incorrer em análise pejorativa das raças não-brancas assim como os demais.

Ainda que este método de análise comparativo seja de possível aplicação em diversos outros aspectos, esta pesquisa objetiva especificamente a análise comparativa dos autores em relação aos conceitos de família desenvolvidos por estes. Análise que pode ser observada de modo sistematizado nos quadros 1 a 4 produtos desta pesquisa e que estão apresentados acima. O que foi possível observar ao longo desta pesquisa foi que, não é possível pensar em formação da sociedade brasileira, sem tangenciar o conceito de família. Ao tratar de imigração, povoamento, reprodução, miscigenação, raça e cultura, todos os autores o fazem aludindo direta ou indiretamente à concepções próprias do que era a família brasileira e do que ela deveria ser.

Ferreira (2009, p.3) aponta que “o tema família surgiu como resultado da metodologia escolhida para a obra” por Vianna, que ao explicar a ocupação territorial, a formação socioeconômica e o processo de colonização observou o esvaziamento dos centros urbanos e a concentração da vida social no espaço rural, nas grandes propriedades e fazendas, processo de formação dos latifúndios. Em Vianna a “gravitação da vida social em torno das grandes propriedades é explicada e potencializada pelo conceito de clã rural.” e “a causa estaria na anarquia branca, elemento presente na sociedade rural desde os primeiros séculos da colonização (idem. p.3). Como Ferreira (2009) em sua análise de *Populações Meridionais do Brasil*, também observamos aqui na análise de *Evolução do Povo Brasileiro* que o termo família aparece diretamente de forma esparsa e usualmente ligado as análises sobre latifúndio e clã rural, entretanto, este conceito permeia de modo indireto toda argumentação do autor sobre miscigenação, sendo parte essencial da argumentação da obra. Assim, é possível questionar ainda, se a pouca utilização do termo “família” não é proposital, e de implicação moral, dado que o autor tem forte referencial católico conservador e eugênico.

A família em Vianna (1938) não só é um privilégio da raça dominante que compõe a alta classe rural, como quando miscigenada tem função de ferramenta de branqueamento da sociedade brasileira. É estruturada em princípio na relação interracial, visando a “evolução social” de modo a, por fim, produzir o ideal familiar do autor: uma família “pura por seleção”, ou seja, branca não por “sangue puro”, mas pelo consecutivo processo de branqueamento por procriação interracial. É observável ainda que Vianna (1938) entendia a família na classe latifundiária como sólida, sem fragilidades ou possibilidade de dissolução, em contrassenso as famílias de classes mais baixas, consideradas por ele de raças e inferiores e, portanto, mais sujeitas a dissoluções e instabilidades. Sendo o direito de formação de núcleo família um privilégio de classe e raça, o autor elogia profusamente os costumes e tradições morais onde o patriarca detém total controle sobre os demais, onde é preservado o respeito aos mais velhos,

obediência a autoridade patriarcal e a organização tradicional da família rural. Narrativa autocentrada e auto elogiosa se recordarmos o que apresentou Torres (1956) sobre a vida na Fazenda Rio Doce onde cresceu e viveu Vianna por toda sua trajetória.

De outro modo, Freyre (2003) em princípio anuncia de forma nítida no título de seu livro que este tratará da “*Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*”. E já na estrutura da obra *Casa-grande e Senzala* é possível perceber que a família é conceito da maior importância a argumentação do autor. Observa este, capítulo a capítulo o papel do indígena, do colonizador português e do negro escravizado na vida sexual e de família do brasileiro. Freyre analisa a estrutura familiar no Brasil Colonial. De modo que chamei aqui a família em Freyre de “família colonial” ainda que o próprio autor utilize diversas vezes o termo “*família patriarcal*” pelas seguintes razões: primeiro porque este identifica famílias “*antipatriarcais*” “*extrapatriarcais e extracatólicas*” como fato sociológico pertencente ao fenômeno do “*familismo*” (Freyre.2003. p.65), segundo porque o conceito familiar de Freyre abrange todos estes tipos de formações familiares, entendendo-as como a contemporização das tendências sociais no Brasil colonial e terceiro para diferenciar o homônimo referido por Buarque de Holanda (2000) quando este apresenta o conceito de família patriarcal em sua obra evitando aproximar a família em Buarque e Freyre de forma a embaralha-los como fazem alguns teóricos, confundindo o leitor e levando a falsa compreensão de que as duas obras compartilham um mesmo conceito.

A família em Freyre é unidade colonizadora que modela a ação política, econômica e social, podendo ou não ser estruturada com relações interraciais. É entendida como resultado da tendência da imposição de brancos sobre negros e indígenas, tendência esta justificada pela compreensão de Freyre dos brancos como a raça “*mais adiantada*” (sic) e da tendência adaptativa do tipo aventureiro às novas condições de vida. Freyre entende que os antagonismos econômicos, sociais e culturais entre portugueses, ameríndios e africanos encontravam equilíbrio das diferenças por meio das relações sexuais e familiares. Freyre (2003) que escreve em contraponto as teses de Vianna (1938), faz oposição a concepção das raças negra e indígena e da miscigenação como causa da “*degeneração*” e problemas político-econômicos do país. Diferente de Vianna (1938) que quer diluir o sangue não-branco trazendo europeus para pela miscigenação branquear o país, Freyre (2003) entende que as raças não-brancas não são a fonte dos problemas e sim sua solução. O autor nega o determinismo racial e escolhe fatores sociais e culturais com cerne de sua interpretação sociológica (Ferreira. 2009) entendendo a família colonial como unidade que equilibra as diferenças como já vimos. Ferreira aponta ainda que:

O contato e a vida sexual entre brancos e negras, no ambiente da casa-grande, também é debatido por Gilberto Freyre. Ele discute a opinião recorrente de que a negra era a responsável pela depravação e corrupção da vida sexual dos brasileiros. A sífilis era doença recorrente e era comum colocar naquelas a culpa da disseminação. Também se criticava a precocidade com que meninos brancos iniciavam a vida sexual com as escravas. Em vez de apontar que esses problemas eram oriundos da raça negra, Freyre aponta a escravidão como causa, o abuso de uma raça por outra, salientando também que a sífilis era originária dos próprios senhores das casas-grandes. (FERREIRA, 2009, p10)

Além de identificar que Freyre reconhece o papel da amas-de-leite que cuidavam dos meninos da casa-grande na educação e cuidado, influenciando também costumes e tradições brasileiras como canções e crenças (FERREIRA, 2009). Freyre (2003) por fim entende que família expandida que abrange relações interracialis é apaziguadora das crueldades contra as negras:

Mas aceita, de modo geral, como deletéria a influência da escravidão doméstica sobre a moral e o caráter do brasileiro da casa-grande, devemos atender às circunstâncias especialíssimas que entre nós modificaram ou atenuaram os males do sistema. Desde logo salientamos a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América.

A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos - amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos, mas o de pessoas de casa. Espécie de parentes pobres nas famílias européias. À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Moleques de estimação. Alguns saíam de carro com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos. (FREYRE, 2003, p.225)

Perspectiva completamente distinta da empregada no uso do termo família patriarcal em Buarque de Holanda (2000). A família - na obra *Raízes do Brasil* - ganha importância fundamental a argumentação de Holanda mediante a crítica deste ao modelo de Estado desenvolvido no país. Holanda (2000) que investiga ao longo de sua obra as relações entre o público e o privado e propõe separação radical entre estas esferas, visando a modernização do Estado em instituição mais racional e burocrática, e por conseguinte em sua lógica weberiana, mais eficaz na administração pública.

A família conceituada em Buarque de Holanda (2000) é entrave ao desenvolvimento do Estado. É parte da herança rural e resta estruturada no poder aristocrático, raiz da “anarquia” do Estado e da sociedade Brasileira. Se em Freyre (2003) a família estendida e interracial era solução ao “problema nacional”, em Holanda (2000) ela é sua origem, cerne da reprodução do tipo aventureiro e passional, um entrave ao avanço social. O autor resgatando a origem da própria palavra família, “*derivada de famulus*” (HOLANDA, 2000, p.81) recorda o vínculo do termo à ideia de escravidão, denotando que a família expandida observada no Brasil era uma extensão do poder e da posse do patriarca sobre os demais. Poder este, que se debruçava e envenenava a política pública com interesses pessoais e relações domésticas de natureza “*particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família*” como já vimos anteriormente (idem, p.82).

Por outra perspectiva caminhava Prado (1998), cuja obra não tem a família como conceito mais relevante da argumentação do autor. Pelo contrário, como vimos no capítulo dois, Prado (1998) demora a introduzir a família em sua argumentação, ganhando relevância o conceito apenas na segunda metade da obra. Ainda assim, o conceito de família resta latente nas análises das relações raciais do autor que entende a família como expressão da “unidade produtora” colonial, da dominação colonial de brancos sobre negras e indígenas e na exploração do trabalho sexual e reprodutivo. Prado (1998), o último dos autores estudados a escrever seu ensaio sobre a sociedade brasileira, identifica que a família brasileira é mestiça e que o é porque a prática da mestiçagem visa reforçar a posição de prestígio do procriador branco e efetivar seleção sexual no sentido do branqueamento social.

Remato a partir disto apontando que os quatro autores identificam a “família brasileira” observada como mestiça e fruto das relações interraciais, porém estes diferem quanto as causas, tanto quanto diferem a respeito dos efeitos desta miscigenação. Partindo de influências teóricas distintas -Vianna principalmente do evolucionismo social, Freyre principalmente do culturalismo, Holanda principalmente do racionalismo e Prado Jr. principalmente do marxismo- observam uma realidade similar, mas a interpretam de maneiras distintas. Entretanto, todos aproximam-se em suas análises atravessados pela moral cristã e ideologia racista presente na sociedade sobre a qual escrevem e da qual fazem parte. De mesmo modo os quatro autores identificam o processo colonizatório, a escravidão e os grandes latifúndios como fatores determinantes a formação da família e da sociedade brasileira, mas novamente por método e sentido, discordam quanto as causas e efeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, foi possível nesta pesquisa compreender como Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. conceituaram a “família brasileira” em suas obras elencadas, de modo que compreendemos que a família no primeiro tem caráter miscigenado e função eugênica, no segundo tem caráter miscigenado e função unificadora, no terceiro tem caráter expandido e patriarcal e função antagônica ao Estado e no quarto tem caráter miscigenado e é expressão da “unidade produtora” colonial.

Foi possível ainda identificar que Vianna conceitua a família como o faz em muito remetendo a sua própria origem e família, apregoando seus valores pessoais ao conceito cunhado e simultaneamente defendendo seus próprios interesses de classe e raça, ou seja, utiliza deste conceito para simultaneamente apresentar raças não-brancas como “problema nacional” a ser solucionado por meio do apagamento gradual e planejado destas. Enquanto Freyre conceitua a família brasileira influenciado pelas suas longas experiências nos Estado Unidos, de modo que, ameniza as violências observadas e amplia os vínculos afetivos entre senhores e escravos, defendendo as relações interracialis como solução ao problema nacional.

Já Buarque de Holanda, conceitua a família em seu modelo patriarcal como herança colonial e entrave ao desenvolvimento de um Estado burocrático e racional, sendo ele próprio um peixe fora do aquário enquanto intelectual brasileiro não advindo da aristocracia rural, é compreensível que este defenda a separação radical entre a influência aristocrática das grandes famílias e o Estado. O movimento mais curioso, é ainda o realizado por Prado Jr. que renuncia a herança política familiar conservadora e contrapõe-se a ela, compreendendo a família brasileira como expressão de modo produtivo colonial, sem renunciar ao conservadorismo cristão, que compreende a família brasileira resultante do problema sexual da raça dominante “*numa orgia de sexualismo desenfreado*” (Prado,1998, p.102).

Pudemos concluir, portanto, que autor e obra são indissociáveis, que a trajetória, origem, raça e classe permeiam e fazem parte das escolhas epistemológicas e metodológicas dos autores e, queiram estes ou não. Que existem razões históricas e sociológicas que permeiam o imaginário dos pesquisadores e insistem em infiltrarem-se em maior ou menor grau em suas análises. É importante destacar ainda, que com o passar do tempo, estas ficam mais nítidas ao observador, justamente porque mudam-se os tempos e as práticas e o que era considerado comum e banal ganha em cada novo período novas conotações e interpretações.

Os quadros produtos desta pesquisa dão enfoque ao conceito de “família brasileira” e como este foi significado e empregado por cada autor, mas as possibilidades deste método são diversas e o mesmo poderia ser feito com enfoque sobre conceitos de raça, trabalho e Estado, por exemplo. O mesmo método comparativo, quando sistematizados os dados tem função explicativa e didática cujas possibilidades de pesquisa são amplas e superam em muito os limites desta pesquisa. Outra lacuna que se projeta a partir deste estudo é a compreensão e mapeamento dos impactos teóricos e políticos dos referidos autores e obras, especialmente no que se refere as políticas atuais sobre a família brasileira, como no caso dos Projetos de Lei 3369 de 2015 que visava reconhecer apenas uniões monogâmicas e Projeto de Lei 5167 de 2009 que visava reconhecer apenas uniões heterossexuais.

BIBLIOGRAFIA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Divisão de Acervo Historiográfico. *Perfil Biográfico: Caio Prado Junior*. s/a. Disponível em: <<https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/exposicoes/parlamentares-paulistas/caio-prado-junior/perfil-biografico/>> Acesso em: 08-09-2023

ALVES, Roosenberg Rodrigues. *Família Patriarcal e Nuclear: Conceito, características e transformações*. II Seminário de Pesquisa da Pós Graduação em História da UFG/UCG. Goiânia, Goiás, 2009

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Ed. Guanabara 2º Ed. 1986

BOURDIEU, Pierre. *Lições da aula*. Aula inaugural proferida no Collège de France em 23 de abril de 1982. Tradução de Oliveira Rangel. Ed. Ática, 2001.

CARVALHO, Raphael Guilherme de. *Tentativas de Mitologia (1979), escrita de si e memória de Sérgio Buarque de Holanda*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v50 n62, p701-720. 2017.

CHACON, Vamireh. *Gilberto Freyre: uma biografia intelectual*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana: São Paulo. Ed Nacional. 1993

COELHO, Claudio Marcio. *Gilberto Freyre: indiciarismo, emoção e política na casa-grande e na senzala*. UFES- Tese de Mestrado em História. Vitória - ES. 2007

COELHO, Claudio Marcio. *Gilberto Freyre: quando as palavras suscitam páthos, afetos e religião*. Analytica. São João de Rei. V6, nº11. 2017

COSTA, Sergio. *O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Revista Sociedade e Estado. V.29, n3, 2014.

CORRÊA, M. (Org.). *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

FARIA, Luiz de Castro. *Oliveira Vianna: De Saquarema à Alameda São Boaventura, 14 - Niterói. O autor, os livros, a obra*. NuAP-RJ. Dumará Distribuidora. 2002

FERREIRA, Augusto César. *Família e relações de poder na historiografia brasileira: discussão sobre obras de Oliveira Viana, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda*. Veredas da História, vol. II, nº1, 1º sem. 2009.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Fundação Gilberto Freyre. Recife- PE, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Brasília: Ed. da UNB, 1968

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Ed. Global São Paulo.2013

FONSECA, Claudia. *Quando cada caso NÃO é um caso: Pesquisa etnográfica e educação*. UFRGS. Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPED, Caxambu, setembro de 1998.

GARCIA JR, Afrânio. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*. nº8, p.20-33; juin, 1993. Tradução própria.

GONÇALVES; Leandro Pereira; NETO, Odilon Caldeira. *O Fascismo em camisas verde: do integralismo ao neointegralismo*. 2020.

GUSMÃO, Eduardo. *Uma religião sem caráter*. Textos e Debates. 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/87160039/Uma_religi%C3%A3o_sem_car%C3%A1ter> Acesso em: 14/11/2023

HANNA, Fábio Tadeu Vighy. *A modernização do Brasil em Caio Prado Jr e Oliveira Vianna: Uma Discussão sobre o vínculo entre suas interpretações do Brasil e seus Projetos Políticos Nacionalistas*. Diálogos, DHI/UEM, v7, p.303-305, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras. 26ª Ed; 1995.

IHGB, Instituto Histórico Geográfico do Brasil. *Perfil: Francisco José de Oliveira Vianna*. s/a. Disponível em <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/FJOViana.html>> Acesso em 23/08/2023

ITABOREI, Nathalie Reis. *A família colonial e a construção do Brasil: Vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte*. Revista ANTHROPOLOGICAS, ano 9, volume 16(1): 171-196. 2005.

LESSA, Renato. *Da Interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil*. Lua Nova, São Paulo, 82: 17-60. 2011.

LESSA, Sérgio. *Alienação e estranhamento*. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Ed Expressão Popular. São Paulo, 2009.

LIMA, Mário Hélio Gomes de. *Gilberto Freyre*. Coleção educadores. MEC. 2010

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. *Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica*. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Ed Expressão Popular. São Paulo, 2009.

MAIA, Eduardo. *As raízes corruptas do Brasil: compreendendo a fundamentação weberiana na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. In: Compliance, integridade corporativa e práticas anticorrupção: reflexões sociojurídicas e contábeis. Editora CRV. 2018.

MATA, Sérgio da. *Tentativas de Desmitologia: a revolução conservadora em Raízes do Brasil*. Revista Brasileira de História, vol. 36, no 73 • pp. 63-87. 2016

MELO, Alfredo Cesar B. de Melo. *Raça e Modernidade em Formação do Brasil Contemporâneo, De Caio Prado Jr*. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 35 nº102, 2020.

MOTTA, Roberto. *Reação a Max Weber no pensamento brasileiro: O caso de Gilberto Freyre*. Congresso Brasileiro de Sociologia. UFPE. 2007

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. Ed. Brasiliense. 6º Ed. São Paulo, SP. 1885

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Caio Prado Júnior uma biografia política*. São Paulo: Boitempo, 2016, 483p. 2016

REIS, José Carlos. *Anos 1960: Caio Prado Jr e “A Revolução Brasileira”*. Rev. Bras. Hist. 19(37). 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/TYLgh7WzQgLDgYHLqHTK4BF/#>> Acesso em: 08-09-2023

SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo. *La Comparación em las Ciencias Sociales*. Alianza Editorial.1994. Tradução livre.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. *O uso do método comparativo nas Ciências Sociais*. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Orientações do pensamento brasileiro*.1942. Disponível em <https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1355207/mss1355207.pdf> Acesso em 23/08/2023

SOUZA, Jessé. *Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira*. Tempo Social, Ver. Sociol. USP. São Paulo. 2000

SOUZA, Jessé. *Democracia racial e multiculturalismo: ambivalente singularidade cultural brasileira*. 2000b. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-546X2000000200007>> Acesso em: 09/11/2023.

SUZUKI JR, Matinas. *Rompendo o Silêncio: Tema esquecido pela historiografia brasileira, discriminação social e institucional contra japoneses foi defendida por grandes nomes do pensamento nacional, como o sociólogo Oliveira Vianna*. 2008. Folha de São Paulo, 20 de Abril de 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2004200804.htm>> Acesso em: 23/08/2023.

TORRES, Vasconcelos. *Oliveira Viana*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos. 1956.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. Companhia das Letras. 2ª Ed. 1938.

VIANNA, Oliveira. *Carta a Werneck Sodré*. Ministério do trabalho, indústria e comércio. 1939.

WAIZBORT, Leopoldo. *O Mal-Entendido da Democracia Sergio Buarque de Hollanda, Raízes do Brasil, 1936*. RBCS Vol. 26 n° 76 junho/2011

WEGNER, Robert. *Religião, Cordialidade e Promessa: o catolicismo em Raízes do Brasil e Monções, de Sérgio Buarque de Holanda*. Acervo, Rio de Janeiro, v12 n1-2. P.169-186. 1999.

WEISS, Raquel. *Max Weber e o problema dos valores: as justificativas para neutralidade axiológica*. Revista de Sociologia e Política, v22, n49, p.113-137.2014